



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SAÚDE COLETIVA**  
**MESTRADO ACADÊMICO EM SAÚDE COLETIVA**



**SIMONE ALVES DE ALMEIDA**

**CONVERSÇÕES SOBRE A MICROPOLÍTICA DO TRABALHO VIVO**  
**EM SAÚDE MENTAL: o antimanicomial em ato**

**PORTO ALEGRE**

**2018**

### CIP - Catalogação na Publicação

de Almeida', Simone Alves

CONVERSACÕES SOBRE A MICROPOLÍTICA DO TRABALHO  
VIVO EM SAÚDE MENTAL: o antimanicomial em ato /  
Simone Alves de Almeida'. -- 2018.

86 f.

Orientador: Emerson Elias Mehry.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do  
Rio Grande do Sul, Escola de Enfermagem, Programa de  
Pós-Graduação em Saúde Coletiva, Porto Alegre, BR-RS,  
2018.

1. Micropolítica do encontro. 2. Trabalhadores. 3.  
Saúde mental. 4. Agires militantes. I. Elias Mehry,  
Emerson, orient. II. Título.

SIMONE ALVES DE ALMEIDA

**CONVERSAÇÕES SOBRE A MICROPOLÍTICA DO TRABALHO VIVO  
EM SAÚDE MENTAL: o antimanicomial em ato**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Saúde Coletiva (Mestrado Acadêmico), junto ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof<sup>o</sup> Dr. Emerson Elias Merhy

**PORTO ALEGRE**

**2018**

## AGRADECIMENTOS

Não é por acaso que esse trabalho fala tanto de encontros. São eles que me fazem melhor neste exercício constante de afirmar a vida. Por isso, há uma rede viva a qual eu quero agradecer e abraçar nesse momento, ao apresentar esta dissertação que foi tão importante como movimento de cuidado em mim e nas coisas vividas no trabalho e na vida.

Quero agradecer com muito carinho ao professor Emerson Elias Merhy por ter acolhido meu projeto e por ter insistido no que ele tinha de mais potência. Essa dissertação é efeito não apenas de sua orientação, mas de suas contribuições à saúde coletiva e a micropolítica dos encontros no trabalho em saúde, constituindo-se como um dos mais importantes intercessores na formulação das questões que trato neste estudo.

Minha gratidão à Ana Carolina, pela amizade e compartilhamento de experiências ao longo dos últimos anos e, pela sua imensa generosidade na leitura deste trabalho, nas muitas conversas abertas de modo afetivo e amoroso, que deram amparo à difícil tarefa de escrever com o próprio corpo.

À leitura atenta e as fundamentais contribuições de Paula Cerqueira, Carmem Oliveira e Ricardo Ceccim, na banca de qualificação e agora na banca de defesa.

À disponibilidade pela leitura e as sugestões de Laura Feuerwerker que foram importantes para que eu conseguisse seguir adiante;

Ao querido José Damico, pela feliz parceria no estágio de docência e pela participação na banca de defesa.

Ao coletivo da Linha de Pesquisa “Micropolítica do Trabalho e o Cuidado em Saúde”, com o qual estar junto possibilitou a reflexão e as leituras que tornaram esse trabalho possível e menos solitário.

Ao amigo Rafael Gil, com quem compartilho as coisas da vida em seus sufocos e alegrias, pelo cuidado, disponibilidade e paciência, por não recuar nos melhores e piores momentos, por esse esforço de olhar para a vida tentando torná-la aprendizagem, alimento para uma existência menos enganosa, busca por sabedoria na cotidianidade do viver.

Às amigas Elis e Paula, pelo afeto vivido, que perto ou longe é sempre presença mais que fundamental, é rede viva em amizades que tornam a vida possível.

À Paulinha Filippon, pelo amor que às vezes é alegria, às vezes dor, mas sempre muito amor.

À Dani Dalmaso, pelo cuidado dedicado, pela amizade, por sua tão bonita capacidade de amar, acolher, se implicar.

À Renata, pela poesia partilhada nas alegrias vividas e pela insistência de fazer uma vida mais bonita nos nossos tempos sombrios.

À Karol, pela confiança e parceria na construção de nossas redes vivas no campo da saúde mental.

À Sara, pela amizade e as apostas militantes no olho do furacão antimanicomial.

À Ana Cristina, pelo carinho e disponibilidade para o cuidado como prioridade da vida.

À Claudinha, pelo auxílio luxuoso, pela escuta qualificada, por sua fascinante presença, por nosso encontro na vida.

À Rose Mayer, pelos cafés e epifanias, pela sabedoria compartilhada comigo e com tantas e tantos que tiveram a sorte de encontrar com ela no percurso de se tornarem trabalhadores da saúde.

Às trabalhadoras e trabalhadores da saúde mental, por suas práticas e lutas para construir a reforma psiquiátrica em sua micropolítica, no cotidiano do cuidado e, na garantia de direitos por uma vida que valha a pena ser vivida em sua plenitude.

À minha mãe, por tudo que ela sempre foi para mim e principalmente pelo que tem sido hoje, coragem na afirmação da vida, assim como, para reinventá-la sempre que for necessário.

Aos bons encontros pela vida, que fabricam agires mais potentes, mais solidários, alegres e livres em nós.

Aos inconscientes que protestam por aí, que não se conformam com as coisas como são e insistem em criar alternativas – grandes ou minúsculas – de alegria. Que afirmam a vida aqui e agora, no momento presente, no ato do encontro. Por mais bons encontros entre nós!

A fórmula do jogo é a seguinte: gerar uma estrela dançarina com o caos que se traz em si.

Nietzsche

## RESUMO

Este estudo parte de experiências vividas no campo da saúde mental e aborda a dimensão subjetiva do trabalho nos agires militantes dos trabalhadores. Nestes agires, identificam-se imperativos ideais na produção de maus encontros e na intensidade da relação com o trabalho. Isso dificulta o cuidado de si e das relações entre os trabalhadores, podendo gerar a reprodução das lógicas as quais se pretende superar, na micropolítica dos encontros. Para tanto, experiências da autora são relatadas, articulando-se em conversas com autores da saúde coletiva e da filosofia da diferença. Trata-se de uma investigação cartográfica, que coloca em análise os vestígios do vivido a partir do corpo da pesquisadora, e busca nele, experimentações que abram caminhos para um outro mundo em devir. Algumas das vivências partilhadas mostram a necessidade de pausas analíticas no olho do furacão antimanicomial e da multiplicação de bons encontros entre os trabalhadores, que podem trazer maior sustentabilidade para esses agires frente aos seus desafios. O tema do cuidado é desdobrado em proposições que indicam que os princípios que compõem a relação dos trabalhadores com os usuários são importantes também, na relação entre os trabalhadores. Além disso, as necessidades de cuidado de si e do outro apontam para o cuidado com o encontro. Nesse percurso, como elaboração teórica, o antimanicomial em ato é apresentado como ética do agir na relação entre os trabalhadores da saúde mental.

**Palavras-chave:** Micropolítica do encontro. Trabalhadores. Saúde mental. Agires militantes.

## ABSTRACT

This study is based on experiences on the mental health field, addressing the subjective dimension of work in the workers' activism. In these activities, ideal imperatives are identified in the production of bad encounters and in the intensity of the relationship within their work. This makes it difficult to take care of oneself and of the relations between the workers, which can generate the reproduction of the logics that one intends to overcome, in the Encounters' micropolitics. To that end, the author's experiences are reported, articulating in conversations with authors of collective health and of the philosophy of difference. It is a cartographic investigation, which puts into analysis the vestiges of lived experiences from the body of the researcher, and searches in it, experiments that open the way to another in-becoming world. Some of the shared experiences show the need for analytical breaks in the eye of the antimanicomial hurricane and of the multiplication of good encounters among workers, which can bring greater sustainability to these actions in face of their challenges. The theme of care is unfolded in propositions that indicate that the principles that make up the workers' relationship with users are also important in the relationship between workers. In addition, the needs of caring for oneself and the other, point to the care of the encounter. In this course, as a theoretical elaboration, the antimanicomial act is presented as an ethics of acting in the relationship among mental health workers.

**Keywords:** Micropolitics of encounters. Workers. Mental health, Militant acting.

## SUMÁRIO

<b>1. APRESENTAÇÃO .....</b>	<b>10</b>
<b>2. OS ENCONTROS ENTRE OS TRABALHADORES DA SAÚDE MENTAL NO OLHO DO FURACÃO ANTIMANICOMIAL .....</b>	<b>16</b>
2.1 A arte do encontro .....	16
2.2 O olho do furacão antimanicomial .....	19
2.3 Desencontros pela vida .....	27
2.4 A virada das paixões .....	36
<b>3. O IMPERATIVO DOS AGIRES MILITANTES .....</b>	<b>42</b>
3.1 Para além dos imperativos .....	51
<b>4. COMPOSIÇÃO POR UMA ÉTICA ANTIMANICOMIAL .....</b>	<b>60</b>
4.1 O olho do furacão visto de outra perspectiva .....	60
4.2 O antimanicomial em ato .....	72
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>79</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>83</b>

## 1. APRESENTAÇÃO

Durante as primeiras tentativas de escrita dessa dissertação, querendo construir um jeito de expressar os afetos constituídos a partir das experiências vividas e que impulsionavam o estudo que eu faria, tentei escrever cartas, e-mails, coisas do tipo que usam da escrita e do endereçamento à alguém para dizer algo. Fiz isso duas ou três vezes para encontrar palavras para dizer o que ainda não sabia o que era, mas sentia, e esse foi um dispositivo bom e útil para dar expressão ao desconhecido em mim.

De repente lembrei que, quando criança, eu trocava cartas com um tio que morava longe e não tínhamos outra forma de contato na época. Escrever cartas parecia ser uma boa maneira de se expressar, pois através da escrita, pode ser mais fácil manifestar sentimentos que poderiam ser difíceis numa conversa, como dizer que sente saudade ou falar de amor. Eu demorei um tempo para conseguir falar de amor.

Entretanto, diante da ideia de escrever essa dissertação no formato de cartas, algo não me caía bem, mesmo que eu tenha visto quem se utilizou deste modo e fez isso lindamente. Eu não entendia porque, mas não queria escrever cartas. Até que um dia, revoltada tanto com saber o que não queria, quanto com não saber o que queria, escrevi uma carta para dizer que eu não iria escrever cartas. A tal da carta não foi enviada a ninguém, no entanto, mais uma vez foi um dispositivo que me ajudou a entender o que eu mesma queria fazer.

Compreendi assim que não queria escrever cartas que talvez nunca fossem lidas, ou que nunca tivessem retorno. Queria estabelecer conversas, porque as conversas acontecem no ato do encontro, podendo olhar no olho, sentir de certo modo o que o outro sentiu com o que se disse e até repensar o que, ou como disse, a partir do que se sente sobre o que o outro sentiu.

Os encontros podem ser curtos ou longos, mas neles tenho vontade de me demorar um pouco para uma conversa cuidadosa, aberta ao pensamento, onde se pode ir e voltar, parar, respirar fundo, começar de novo ou dizer de um outro jeito. Uma conversa no encontro, uma experiência vivida em conjunto que nos permita elaborar os sentidos daquilo que nos acontece. Uma conversa que busca não por consensos, mas por dar espaço à diferença e ao comum em nós, um comum que

seja ao menos uma abertura ao acontecimento, àquilo que pode ou não nos transformar. Uma busca por construir a capacidade da troca de experiências, por criar uma linguagem na qual possamos nos falar e tornar o que nos acontece uma questão para o pensamento. Para além do automatismo do simples “dizer o que pensa”, um exercício de pensar o que se diz, pensa e faz (LARROSA, 2016).

Concordo com Jorge Larrosa quando ele afirma que, por inúmeros motivos, muitas vezes os encontros não acontecem, que a experiência é cada vez mais rara por falta de tempo, pelo nosso estado permanente de excitação, pela nossa incapacidade de silêncio, de paradeiro. O excesso de certezas, o afã de mudar as coisas é, para ele, quase a antiexperiência (LARROSA, 2016). Então, lembrei também do que me deu motivos para buscar a experiência da escrita, da pesquisa, do mestrado. Depois de algum tempo trabalhando na saúde mental, incomodada com alguns dos nossos desencontros, sem tempo de conseguir pensar o quanto gostaria sobre o vivido, precisei parar o tempo, ou fui parada por ele. Senti que precisava tomar fôlego e ter tempo para conversar sobre o que vivemos.

Gostaria de conversar sobre aquilo que não tivemos tempo, que não tivemos coragem de falar ou que dissemos mas não tivemos jeito para dizer. Falar do amor, da dor, das coisas boas que fizemos juntos, daquelas que não percebemos quão boas eram, daquelas que foram bem ruins, mas que nos ensinaram algo importante e daquelas que deixaram ruídos que não tivemos tempo de escutar com atenção. Sobre nós, humanos, inacabados, que vamos morrer um dia e não sabemos quando, e que podemos escolher onde colocar as nossas energias com mais sabedoria enquanto vivos. Não é uma conversa qualquer que vai nos tornar iluminados, mas pode ser uma boa conversa; o início de várias outras, e então, juntos nós vamos nos lembrando do que mais nos importa, dos nossos projetos comuns, das nossas buscas singulares.

O que é importante para essa nossa conversa é a escuta qualificada e atenta, aquela que suspende por um momento suas verdades, afina o ouvido, se afeta, pensa, e só depois seleciona o que lhe serve ou não. Mas que não se fecha logo em seguida, que mantém uma abertura para as possíveis ressonâncias do encontro e do pensamento. Uma conversa sob a ética da palavra - a parresia - na qual a franqueza e a utilidade do que se diz nos interessa e que nos interessa, inclusive, que o outro possa entender o que estamos dizendo da melhor forma, assim como

nos interessa escutar sem converter em discurso o que se escuta antes que se possa apreender o que foi dito (FOUCAULT, 2014).

Conversinhas, como diz a Rose Mayer<sup>1</sup>, nas quais as conversas são menores porque são despreziosas, ou como diz Larrosa (2016), porque se ama a palavra insegura, as incertezas, a aventura do encontro e da conversação. Conversinhas nas quais possamos falar em tom baixo porque se está atento ao que é dito; e que possamos também subir o tom se a intimidade permitir ou mesmo se a conversa acalorar, porque nos reconhecemos no exercício da conversação, na aprendizagem conjunta e constante sobre o que fazemos com aquilo que desconhecemos.

Eu sei que anda difícil ter tempo para isso, que pode até parecer impossível acharmos um tempo e um jeito de sentar e conversar, e acima de tudo, de estarmos presentes na conversa, já que muitas vezes estamos num lugar ou momento, pensando que temos que estar em outro logo em seguida, quando nem processamos o que nos passou onde estivemos antes disso tudo. Mas resolvi rimar parresia com teimosia, e tentar propor a vocês essa conversa, essa experimentação. Pode ser o tempo de um mate ou de um café: vamos tentar dentro do que for possível, e se der, a gente amplia.

Nós podemos conversar sobre qualquer assunto, mas a conversa que vou iniciar aqui diz respeito às nossas experiências enquanto trabalhadores do campo da saúde mental. Experiências bonitas, intensas, difíceis, que requerem tempo e abertura para o encontro e o pensamento. Uma conversa a partir de autênticos incômodos presentes no mundo do trabalho em saúde, como propôs Ricardo Moebus (2014), para que eles possam talvez produzir saberes e se traduzirem em aumento de potência em nós. É de certo modo um convite ao ocupar-se de si mesmo, para que cada um possa pensar e sentir o que lhe acontece, construindo seus meios de cuidado de si (FOUCAULT, 2014), de buscar o que a sua subjetividade precisa. Vou compartilhar um pouco do que se passa comigo, de como

---

<sup>1</sup> A Rose Mayer é uma trabalhadora da saúde de referência para mim, que coordena a equipe de educação em redução de danos com quem fiz parte do campo de práticas da residência e cuja experiência relato ao longo deste trabalho. “Conversinhas” é um termo que ela sempre utilizava para se referir às atividades de apoio, de assessoria, de educação permanente, assim como, as conversas informais em qualquer canto, no trabalho ou fora dele (sem hierarquia entre elas – tudo é conversa-encontro-campo de possíveis) e que acabou sendo incorporado pela equipe constituindo algo como um dialeto próprio.

tem sido para mim, mas será apenas como dispositivo, como compartilhamento de um caso, o caso que eu me tornei para mim.

Na primeira parte da nossa conversa, compartilho algo a partir do incômodo que acentua minha preocupação maior no campo da saúde mental e que foi perceber, ao longo das minhas experiências, o esgotamento, o cansaço e a tristeza que muitas vezes habitava o cotidiano de trabalhadores implicados com o fazer antimanicomial. Isso produziu em mim a necessidade de conversar sobre o trabalho em sua dimensão subjetiva, no olho do furacão antimanicomial (MERHY, 2013a). É uma conversa sobre os nossos encontros, a arte do encontro que nos transforma e produz nossos modos de cuidar e de agir no mundo do trabalho e da vida. Assim como, sobre os desencontros dessa mesma vida, ou os maus encontros (DELEUZE, 2002) que diminuem nossa potência de agir.

É sobre o que acontece nos nossos encontros, bons e maus, alegres ou tristes (DELEUZE, 2002), que proponho essa conversação inicial e para isso, percorro experiências vividas em mim, desde o encontro com a saúde mental e seus efeitos na minha subjetividade, nos meus agires, assim como experiências vividas no encontro com outros trabalhadores e suas práticas. Como dispositivos, nesse primeiro capítulo, algumas perguntas agem em mim: o que podemos recolher do que nos acontece para pensar a produção da vida em sua potência, com alegria, com cuidado? O que acontece em lugares tão potentes e necessários, nos quais tanto apostamos e acreditamos, que os torna impossíveis de sustentar, como espaço cotidiano de trabalho, nos nossos corpos? Como produzir uma virada nas paixões e ampliar os bons encontros, aumentando nossa potência de agir em direção às alegrias ativas?

O método desta dissertação é a abertura ao encontro, à conversação, inspirado na perspectiva cartográfica (ROLNIK, 2006), para navegar por paisagens constituídas nas experiências vividas e transformadas no próprio navegar. Desdobram-se assim, novas perguntas-dispositivos: antimanicomial para quem? Esse antimanicomial de que falamos, serve também para os trabalhadores? Queremos construí-lo nas nossas relações no mundo da vida, para além do mundo do trabalho, ou mesmo, para além da nossa relação com os usuários? É possível que nossas práticas sejam antimanicomiais para uns e não para outros? A diferença de quem somos capazes de acolher e de ver como positividade?

Na segunda parte, o assunto da conversação é uma pista, um desdobramento, uma tentativa de situar a conversa no que acontece em nossos encontros quando os nossos modos de agir são constituídos de um imperativo ideal. Compartilho que, ao que me parece, muitas confusões se fabricam a partir desses imperativos, que expressam um certo niilismo, a negação da vida no presente em nome de um futuro ideal (DELEUZE, 2016; NIETZSCHE, 2013), que também vejo traduzirem-se nas dificuldades do cuidado de si (FOUCAULT 2014), na degradação das relações humanas (GUATTARI, 1990), e até mesmo, na reprodução dos mesmos modos de agir que criticamos, em microfascismos cotidianos (FOUCAULT, 1993).

Percorro outras experiências vividas em mim, nas quais ações ativas e reativas se confundem; agires imperativos reproduzem maus encontros (DELEUZE, 2002) entre os trabalhadores, bem como, a intensidade na relação com o próprio trabalho produz seus descuidos. Ao revisitar experiências e sensações, novas perguntas surgem: como produzir outros modos de agir nas nossas práticas e lutas, nas nossas relações, na nossa vida? Como, nas nossas práticas e lutas sociais, diferenciar a ação ativa daquilo que é apenas força reativa diante da dominação? Por entre os agires imperativos do furacão antimanicomial, o encontro acontece? Enquanto lutamos para construir outro mundo, que mundo produzimos a cada encontro que nos acontece?

A terceira parte é um convite para uma outra vista do furacão, na qual o desafio é sustentar-se no olho do furacão para não ser atingido por ele. Percorro em mim, práticas de construção de ambientes de trabalho mais coletivos e solidários, produzidos por novas energias que numa perspectiva sensível podem transformar o cotidiano da saúde mental desde seus encontros. Nesses lugares de conversação, as incertezas são vistas como positividade e cada trabalhador, formado por uma heterogeneidade de forças. Experimentações de pausa e respiro, de desaceleração quando a intensidade é demais. De cuidado com o limiar da desterritorialização para que os nossos agires sejam sustentáveis.

Como acontecem as experiências vividas, quando vistas da perspectiva de um outro mundo em devir? Uma composição que percorre experiências na perspectiva de suas linhas de fuga antiniilistas, que produzem desvios nas situações em que os maus encontros predominam. Aqui, o antimanicomial é visto como um

campo de experimentação, de análise dos nossos agires, de desterritorialização e fabricação de novos territórios. Um antimanicomial em fabricação por toda a vida.

Finalmente a proposta do terceiro capítulo é o antimanicomial em ato, como produção de uma ética do agir na relação com o outro, no encontro com a diferença. Uma ética que envolve o cuidado como modo de reconstruir as possibilidades humanas de fazer e transformar a vida juntos, de se relacionar com o que há de diferença e de comum em nós. Uma ética do cuidado de si, do cuidado com o outro, do cuidado com o encontro. Um agir antimanicomial em ato como necessidade ética para uma reforma psiquiátrica sustentável em sua micropolítica.

## **2. OS ENCONTROS ENTRE OS TRABALHADORES DA SAÚDE MENTAL NO OLHO DO FURACÃO ANTIMANICOMIAL**

### **2.1 A arte do encontro**

Não sei se é por acaso ou por qual outro motivo as coisas acontecem em nossas vidas, mas isso não tem muita importância; o interessante é como elas acontecem, como as vivemos, que movimentos produzem. O que nos acontece quando algo acontece? Uma experiência é algo que marca a nossa maneira de existir, algo que nos passa e nos forma, transforma, nos constitui, nos faz ser o que somos (LARROSA, 2016).

Às vezes, tenho a impressão de que nenhum acontecimento modificou tão profundamente a minha vida como o encontro com a saúde mental. Essa é uma importante marca em mim que eu gostaria de compartilhar: como me tornei trabalhadora e militante antimanicomial; como isso me aconteceu. Para posteriormente, dizer do que esse encontro produziu no meu modo de agir.

Havia pouco que eu tinha chegado do interior, onde os destinos estavam traçados antes mesmo da maternidade, e apesar disso, uma inquietude ou coisa parecida habitava em mim e fazia com que meu interesse fosse meio do avesso, direcionado ao que eu desconhecia. Quando, logo nos primeiros semestres da graduação em psicologia, eu conheci a saúde mental, foi como encontrar algo que sempre procurei, embora, não soubesse. Conhecer a história brutal do que se fez com a loucura ao longo dos séculos e logo em seguida, ver e viver experimentações de cuidado em liberdade - e especialmente, a diferença como potencialidade - abria a perspectiva para outros caminhos, que por apontarem que a vida que eu conhecia não era a única possível, já não envolviam somente a libertação do louco, mas também a minha, afinal, ali via a possibilidade de ampliação infinita de modos de existência para todos nós.

Esse acontecimento me transformou, pois eu encontrei na saúde mental, pela primeira vez, a possibilidade concreta da minha própria liberação. Pelo que tenho acompanhado, isso aconteceu de algum modo com muitos de nós, trabalhadores da saúde mental, que encontraram nesse campo algo valioso para as suas vidas. Que escolheram esse caminho profissional porque se sentiram tocados em sua subjetividade; afetados, transformados e, por isso, ali quiseram permanecer. São

peças que se compõem com a loucura mais do que com a normalidade, que através dela afirmam a sua diferença no mundo.

Como esse tema pôde nos afetar tanto? O que aconteceu em mim foi compreender que o manicômio a ser combatido não era um lugar destinado a alguns, mas uma lógica que sufoca a todos, de diferentes modos. Que a reforma a ser realizada não se limitava à substituição de lugares, mas a uma modificação do pensamento, do olhar para a diferença. Assim, o manicômio tornou-se para mim uma grande metáfora dos processos de subjetivação, tal como ilustra a fábula “*O Homem e a Serpente*”:

Conta a história de um homem em cuja boca, enquanto ele dormia, entrou uma serpente. A serpente chegou ao seu estômago, onde se alojou e de onde passou a impor ao homem sua vontade, privando-o assim de sua liberdade. O homem estava à mercê da serpente: já não se pertencia. Até que uma manhã o homem sente que a serpente havia partido e que era livre de novo. Então dá-se conta de que não sabe o que fazer de sua liberdade (BASAGLIA, p. 132, 1985).

Através desta fábula, Franco Basaglia sugere que todos nós somos escravos da serpente, e que esta é análoga não apenas ao manicômio, mas a todas as instituições que fazem parte de nossas vidas e a todo o social que constrói processos de subjetivação massificados, anulando a singularidade (BASAGLIA, 1985). Não foi difícil essas ideias produzirem sentido em mim, pois rapidamente viajei de volta às vivências da infância no interior e em como vivi isso na escola, na família, nas instituições todas que sustentavam um único e mesmo modo de viver. Voltei ao que me sufocava, à total ausência de questionamento sobre o porque das coisas serem da maneira que eram, à inexistência de referências para se viver de modo diferente. Nada poderia ser diferente.

No encontro com o manicômio-metáfora, entendi que as estratégias de cerceamento da subjetividade estão em todos os lugares, são muitas e cada vez mais aprimoradas; portanto, para superá-lo, não basta a derrubada dos muros das instituições, ainda que isso seja necessário e urgente. É preciso liberar o pensamento do manicômio mental onde confinamos a loucura, e não esgotar a ideia de uma sociedade sem manicômios na sua primeira evidência, como refere Peter Pal Pelbart (PELBART, 2002). Se o manicômio é metáfora, o que necessita de liberação são os diferentes modos de viver neste mundo. Através da concepção de

desinstitucionalização (ROTELLI, 2001), segundo a qual a instituição a ser negada nunca foi o manicômio, mas a própria compreensão do que seja a loucura, compreendi que qualquer mudança nos modos de cuidar dependeria do que se produz em nós. A reforma psiquiátrica se tornou para mim questão da micropolítica, cuja mudança necessária envolve nossa maneira de olhar, de pensar, de fabricar nossos modos de viver e de se relacionar uns com os outros.

Essas ideias me afetaram e fizeram de mim uma trabalhadora da saúde mental com pretensões de ser antimanicomial – se digo pretensão é para acentuar que esse é um exercício permanente. Cada um se torna quem é por caminhos singulares, essa é a minha experiência e não é igual a de mais ninguém. Mas o compartilhamento de experiências com outros trabalhadores, ao longo dos anos, me fez pensar que o que acontece com o que nos acontece e nos transforma e nos faz trabalhadores e militantes, em um determinado campo de práticas e lutas, tem a ver com o encontro e o que ele produz em nós de aumento de potência, com o que buscamos para nossa subjetividade e ali encontramos.

Uma experiência é, para Michel Foucault, coisa da qual se sai transformado e que se dá solitariamente, mas que só alcança sua plenitude na medida em que escapa, que pode ser cruzada, atravessada pelos outros (REVEL, 2005). Assim, essa conversa não é sobre mim, e sim, a partir de mim, do que surge dos meus afetos, da perspectiva do meu olhar, inclusive do que se passou comigo nos meus agires. Mas, sobretudo, é sobre o que acontece nos nossos encontros, sobre o que produz os nossos agires - sobre nós e o que vivemos juntos.

Nós, que nos reconhecemos de alguma forma implicados com a produção do mundo que vivemos, que mesmo que não saibamos por quais caminhos construí-las, desejamos que as coisas possam ser diferentes, mais livres, mais verdadeiras, mais alegres.

O convite para essa conversa é de voltar à experiência que não está apenas no passado, mas que é o nosso presente, que é aquilo que somos e que está sempre em vias de se transformar. A experiência para a qual retorno é onde reconheço uma afetação, um deslocamento, um movimento de produção intensiva da vida – uma marca muito bem marcada, às vezes ruída, confusa, triste e, outras vezes, profundamente alegre. Trata-se de uma viagem não retrospectiva, mas prospectiva, porque não volta no tempo, e sim, produz o presente com o que agora pede passagem, propondo caminhos, alguns deles experimentados.

Assim destaco essa primeira marca em mim, o encontro com a saúde mental: algo que, ao me marcar, me transformou. Transformou porque fez potência, sentido, porque encontrei ali a possibilidade de singularização, de produção da existência para além das formas dadas - algo que buscava sem saber onde encontraria. Com essa afetação fabriquei meu agir militante, segui em direção ao cotidiano dos serviços de saúde mental com ganas de produzir o cuidado em liberdade, desejante de uma prática desviante, que acolhesse e criasse na diferença. No entanto, esse percurso não foi e não é nem simples, nem linear: pelo contrário, ele exigiu e exige aprendizagem e desaprendizagem – acontecimentos que vou tentar aqui relatar.

Ao partir de mim, colocando em análise minhas afetações, quero compartilhar alguns sufocos por nós vividos no cotidiano da saúde mental, assim como as experiências de reinvenção deles em nós, entendendo que esse possa ser um dispositivo interessante para pensar o que nos acontece em potência, em devir. Conversação que navega nesse meu olhar/sentir pela produção intensiva de conhecimento sobre o vivido e pelas possibilidades que se abrem para mim e – talvez – para os outros, em implicações e agires.

Essa é uma investigação a partir das impressões sensíveis daquilo que me/nos acontece, inspirada na perspectiva da cartografia como modo de conhecer os processos de subjetivação e mergulhar em suas intensidades, tal como propõe Suely Rolnik, para o acompanhamento de paisagens psicossociais no seu movimento de produção de sentidos, de construção e reconstrução de mundos afetivos. Um antimétodo, não universalizante (ROLNIK, 2006). Um percurso singular por afetações e perguntas e experimentações, que pretende funcionar como dispositivo de abertura ao encontro, à arte do encontro.

## 2.2 O olho do furacão antimanicomial

Ao longo dos anos como trabalhadora, fiz parte de algumas equipes de atenção e gestão em saúde e saúde mental, assim como acompanhei outras equipes de trabalhadores e gestores de vários municípios das quais eu não fazia parte diretamente, porém, com as quais desenvolvia ações de assessoria, de apoio institucional ou de educação permanente<sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup> As experiências referidas neste estudo, aconteceram em pouco mais de uma década e envolveram: estágios nos serviços de saúde mental, no período de 2006, 2007 e 2008; formação em Residência

Através dessas experiências, conheci muitos trabalhadores intensamente dedicados à reinvenção das práticas de cuidado em liberdade, que, em meio às tantas dificuldades deste campo, produziam vida porque tinham em si vida para ofertar, o que para Emerson Merhy (2013a), é condição para que o agir seja antimanicomial.

Sobre trabalhadoras cheias de vida, lembro do início do trabalho em algumas Coordenadorias Regionais de Saúde (CRS) quando passei a compor a equipe de Coordenação Estadual da Saúde Mental; de quando cheguei pela primeira vez em uma das sedes regionais e fui recebida por trabalhadoras, servidoras ali há muito tempo, e diante da recepção tão afetiva que tive, senti uma grande potência no nosso encontro: nelas e em mim. Eu ainda não sabia como seria aquele trabalho e tinha minhas preocupações prévias com o que seria demandado de mim como apoiadora, tendo em vista as forças que poderiam querer produzir ações com lógicas distintas das que eu estava disposta – ou partidárias, ou opostas ao cuidado em liberdade – forças muito presentes naquelas regiões do interior, em que nos deparamos com um tipo de coronelismo da loucura<sup>3</sup>. Mas foram outras as forças que se expressaram naquele encontro: para elas, um respiro depois de terem vivido oito anos de um governo que tinha como interesse lógicas privadas, o que na saúde mental, significou o amplo financiamento dos hospitais e das Comunidades Terapêuticas (CT). Eu nunca pensei ser tão bem quista por pessoas desconhecidas, mas aquele primeiro contato tão cheio de afeto manifestava um comum entre nós, que elas sabiam que tínhamos, mesmo antes de me conhecer: a expectativa de que pudéssemos fazer algo juntas, na direção de um cuidado mais livre; um possível fôlego em meio às dificuldades vividas. O que sentia naquele encontro era energia ativa, cheia de vida para ofertar na produção da vida de um outro jeito, no trabalho

---

Multiprofissional em Saúde, em 2009 e 2010 (na qual os campos de prática ocorreram em uma Unidade Básica de Saúde, em espaços formais de gestão municipal e estadual e em um centro de referência em educação em redução de danos); o trabalho em um ambulatório de saúde mental, em 2011; a inserção na equipe de coordenação de saúde mental da Secretaria de Estado da Saúde nos anos de 2011 à 2014 (onde as práticas desenvolvidas eram, especialmente, o apoio às Coordenadorias Regionais de Saúde e aos municípios do Estado, assessorias, avaliações de serviços e educação permanente); e nos anos de 2015 e 2016, o trabalho em dois Centros de Atenção Psicossocial Álcool e outras Drogas (CAPSad), nos quais por um tempo ocupei o cargo de coordenação. Além disso, ao longo desses anos, acompanhei percursos formativos junto à trabalhadores da rede de saúde e intersetorial.

<sup>3</sup> Utilizo esse termo para designar forças que se fazem muito presentes em regiões do interior, que mantém relações de poder centralizadas nas elites locais para o comando dos espaços produtivos, políticos, sociais. Assim, os donos dos hospitais, das Comunidades Terapêuticas são os mesmos, ou tem conexão direta com os que ocupam cargos políticos, por exemplo.

que compartilharíamos pelos próximos anos através de um vínculo de afeto e parceria que nos possibilitaria viver coisas inéditas naquela região e em nós.

Por outro lado, nessa e em qualquer outra região ou município que acompanhei, a partir de algum momento que não sei precisar exatamente, passou a me produzir um incômodo notar o esgotamento de outros trabalhadores que acompanhava através de processos de educação permanente, de momentos de apoio e assessoria, assim como em inúmeras conversas individuais, formais ou informais, nas quais eles expressavam suas dificuldades e seus sofrimentos no mundo do trabalho. Nas diversas situações, me chamava a atenção perceber tantos trabalhadores implicados com o fazer antimanicomial, permanentemente agitados, confusos, tristes e, principalmente, com muitas dificuldades de relação em suas redes.

Muitas pessoas poderiam se identificar com essa condição de agitação e inquietude permanente, que não habita somente a realidade vivida pelos trabalhadores da saúde mental. A “perpétua agitação da alma” é citada por Foucault no seu estudo sobre o cuidado de si na filosofia antiga (FOUCAULT, 2014), o que nos sugere que isso não é nem algo próprio da nossa época, como muitas vezes podemos pensar. Embora não nos falem elementos para encontrar nela a produção de modos de viver que nos distanciam de nós mesmos, do nosso próprio cuidado, que nos levam a essa agitação ou até mesmo à exaustão.

Ainda sobre o que ocorre neste campo, Merhy diz que aqueles que tentam produzir novos sentidos para o viver, que propõem a desinterdição do desejo, a produção de redes de acolhimento, o tensionamento e a crítica das formas hegemônicas de produzir saúde só podem estar no olho do furacão antimanicomial (MERHY, 2013a). O olho do furacão é, para Merhy, essa encruzilhada de sistemas de referência que atuam na produção de subjetividade, em que os trabalhadores, para cuidar, buscam produzir desvios no sentido da singularização da existência.

Mexer com o manicômio nos faz estar no olho do furacão (MERHY, 2013a) e, se o manicômio não se restringe à um lugar físico como dissemos, trata-se então de mexer com construções sociais e históricas que tentam aprisionar e mortificar as subjetividades dissonantes daquelas produzidas majoritariamente, em qualquer espaço em que elas possam se manifestar e atrapalhar os fluxos estabelecidos.

Produzir desvios nas formas dadas para que outros modos de existência sejam possíveis, é um fazer de alta complexidade e de grande exigência para os

trabalhadores da saúde mental. Para Antônio Lancetti, a denominada baixa exigência<sup>4</sup>, hoje constituída como uma necessidade para os serviços que se aventuram por caminhos antimanicomiais, opera em alta exigência para os seus trabalhadores, que precisam se desterritorializar e construir novos territórios de existência, reinventar constantemente seu campo de atuação à medida que nele, também, se reinventam (LANCETTI, 2015).

A reforma psiquiátrica é impensável sem os seus trabalhadores e o fazer antimanicomial, impossível, sem que eles topem esse grande desafio de se lançarem nesse campo de experimentação e transformação, de repensarem os confinamentos existentes no seu pensamento e no seu olhar para a loucura, e de envolverem-se com a singularidade da vida de cada pessoa, para ver e inventar saídas onde, muitas vezes, parece não haver nenhuma.

Diante de tal necessidade, o trabalho em saúde mental geralmente ocorre em equipe e sua organização requer a convivência intensa entre os trabalhadores e o exercício de práticas conjuntas. Até porque, sozinho não há como lidar com a complexidade que envolve o sofrimento e o contexto social dos usuários, com o desafio de construir redes acolhedoras e lidar com a pressão decorrente de um imaginário social que ainda vê e busca por soluções no afastamento dos usuários do convívio social - porque ainda encontra a oferta da internação como única alternativa. O antimanicomial necessita de trabalho coletivo, de equipe, de articulação de redes, de diferentes e múltiplas conexões, para então cuidar do modo mais livre e respeitável possível o outro em sua diferença.

Temos uma reforma psiquiátrica em andamento, embora ela seja permanentemente ameaçada pelos interesses que envolvem às práticas de cuidado em disputa no campo da saúde mental. Ainda que esse andamento não seja linear, e sim constituído de avanços e retrocessos, do que já podemos efetivamente perceber de seus efeitos, é visível que muitas de suas experiências fizeram diferença na vida de milhares de pessoas que acessaram o acolhimento, a escuta e o cuidado sob novos princípios e outras formas de relação (MERHY, 2013a).

---

<sup>4</sup> O termo “baixa exigência” passou a ser utilizado a partir de 2012 para designar tecnologias de cuidado ou ofertas de serviços nos CAPSad de acordo com as necessidades dos usuários. (BRASIL, 2012).

Essa reforma foi sendo possível por conta das pessoas e dos seus movimentos: desde a contestação da brutalidade das práticas manicomiais à criação da lei antimanicomial, até a invenção de outros modos de produção da saúde; e os trabalhadores da saúde mental implicados com as mudanças neste campo foram e são fundamentais para esse processo. No entanto, é especialmente na micropolítica dos processos de trabalho, no encontro entre trabalhadores e usuários, que se constroem efetivamente os atos de cuidado e que o antimanicomial pode ou não acontecer efetivamente na vida.

Os trabalhadores não são meramente “recursos” humanos ou insumos. Ao contrário, na área da saúde, são eles protagonistas dos processos de trabalho, tendo em vista que a produção da saúde é dependente do trabalho vivo, aquele que acontece no ato do encontro entre o trabalhador e o usuário, a partir de como se faz uso das diferentes tecnologias de cuidado disponíveis em sua caixa de ferramentas (FRANCO, MERHY, 2013).

A caixa de ferramentas de cada trabalhador é formulada a partir de uma heterogeneidade de elementos constituídos a partir de seus encontros, na sua formação, nas suas experimentações no mundo do trabalho e da vida. É a partir disso que o trabalhador produz significado para o trabalho e formula suas ações de cuidado (FRANCO, 2013). Assim, a produção da saúde não é alheia à dimensão subjetiva do trabalho e, por isso, o cuidado só acontece se ele for um projeto dos trabalhadores (FRANCO, MERHY, 2013).

Saber disso foi despertando, ao longo do meu percurso como profissional da saúde, o interesse pela temática dos processos de subjetivação no contexto do trabalho, e pela importância de reconhecer a dimensão subjetiva do trabalho na produção da saúde como proposto por Túlio Franco e Merhy (FRANCO, MERHY, 2013). Considerar tamanha importância dos trabalhadores na produção do cuidado na saúde mental e, do encontro como experiência subjetiva que nos forma e transforma, que nos faz ser o que somos, me fez pensar em como isso acontece nesse cotidiano de trabalho.

Para mim, talvez quem mais tenha mudado nesses anos de construção do Sistema Único de Saúde (SUS) e da Reforma Psiquiátrica foram os trabalhadores, que diante de tamanha exigência, de tão intensa convivência, das condições de trabalho precárias, muitas vezes fazem grandes esforços para garantir o melhor

cuidado possível nas condições mais adversas. Grandes esforços para se sustentarem em pé dentro do furacão.

Considerando a força necessária para esta sustentação do fazer no furacão, penso que o antimanicomial demonstra ser um lugar de produção de resistência, de inventividade, de vida: se assim não fosse, não seria a escolha de tantos de nós como lugar de trabalho e de aposta política. No entanto, não se pode esperar que os trabalhadores sejam heróis incansáveis, pois, como qualquer humano, eles cansam, adoecem, sofrem e se confundem. O antimanicomial é, também, um lugar de muitas confusões, lugar de alto nível de intensidade e onde, muitas vezes, vi a produção da vida se esgotando na tristeza e no cansaço dos trabalhadores.

Lembro do meu primeiro dia no Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) em que fui trabalhar exercendo a função de coordenadora, quando nem bem entrei na porta e me vi dentro de uma sala de atendimento para onde fui conduzida por uma das trabalhadoras que pedia transferência dali com urgência porque não aguentava mais. Logo fiquei sabendo que essa era uma das profissionais mais reconhecidas do serviço como boa cuidadora, como alguém incansável no cuidado dos usuários; entretanto, ela estava cansada.

Foi então que os meus primeiros dias no serviço se direcionaram a escutar os trabalhadores, a conhecê-los e saber como se sentiam, no que apostavam: o que lhes acontecia. Foram vários cujas queixas se referiam aos outros trabalhadores, à dificuldade de atuar junto ou na mesma direção: o problema do serviço, para eles, eram os colegas pouco comprometidos, pouco qualificados ou com práticas manicomiais. Falavam do seu cansaço, do quanto trabalhar ali fazia sentido, mas já nem tanto.

Já não era a primeira vez que eu escutava esses relatos, ao contrário, fazia algum tempo que me ocupava de escutar e pensar possibilidades junto aos trabalhadores como atividades centrais no meu trabalho. Ao acompanhá-los, percebi que muitos deles viviam relações permeadas pelo desentendimento, pela dificuldade de estabelecer uma comunicação possível em equipe. Não raramente, os ambientes de trabalho eram constituídos por relações desgastadas, improdutivas, paranoicas. Por mais que a saúde mental seja um campo de atuação difícil, me surpreendi percebendo que, às vezes, as maiores dificuldades expressas no cotidiano dos trabalhadores não diziam respeito ao cuidado em si, mas às relações de trabalho entre as equipes, entre os trabalhadores da rede, com os trabalhadores da gestão

formal. No que eu pude acompanhar, a maior queixa entre os trabalhadores da saúde mental envolviam a relação trabalhador-trabalhador .

Não é que eu tenha despercebido das condições de precariedade dos vínculos de trabalho institucionais, salariais ou materiais, que logicamente produziam seus efeitos no cotidiano dos trabalhadores. Mas o que mais me despertou a atenção foram as condições afetivas do trabalho: a precariedade vista da perspectiva das existências individuais e coletivas, o vínculo de trabalho tomado como a relação entre os trabalhadores e suas práticas.

Recordo de ter trabalhado em equipes precarizadas do ponto de vista material e institucional e que os trabalhadores manifestavam ter muito mais vontade de ir trabalhar, que voltavam para casa mais felizes no fim do dia do que em outros locais com melhores salários, maior estabilidade, melhores condições materiais. Entendo que as adversidades que correspondem às condições materiais de trabalho precarizadas também produzem o mal-estar dos encontros entre os trabalhadores, mas, a partir do que acompanhei, penso que há modos de relação com o trabalho e entre os trabalhadores que envolvem uma outra perspectiva das condições de trabalho. É a perspectiva das condições afetivas, na qual a precariedade se manifesta no âmbito das existências, nas quais a fragilidade de vínculos é relacional.

Tatiana Ramminger (RAMMINGER, 2007) refere que os estudos sobre a relação entre saúde e trabalho tendem a estar ligados ao que é visível e que pode ser medido, tal como, as pesquisas que apontam o sofrimento dos trabalhadores através dos levantamentos de absenteísmo, de afastamentos, do uso de medicamentos etc. Entretanto, o que coloco em questão aqui não é tão visível ou mensurável, embora certamente encontre ressonâncias neste tipo de estudo. São efeitos produzidos no afeto, sensíveis por quem os vive, produtores de esgotamentos vistos de uma perspectiva micropolítica. Com esses efeitos, contextos de trabalho que já são difíceis em si são agravados por causas sutis e invisíveis, que ocorrem na subjetividade dos trabalhadores, na produção das energias, dos modos de ser e ver o que lhe ocorre, nas relações entre as pessoas e no que essas relações produzem da perspectiva do afeto.

Isso acontece na micropolítica dos encontros, na qual nós podemos talvez, ter maior governo, mais possibilidades de encontrar saídas, à medida em que possamos compreender um pouco do que nos acontece. Esse estudo é sobre isso que é do âmbito microsocial, que é produzido por nós nas nossas relações, a partir

das nossas afetações. Tem como objeto o encontro entre os trabalhadores da saúde mental em sua micropolítica, nas pistas que encontro ao percorrer os planos de vivências que compõem meu corpo sensível de trabalhadora militante. Como acontecem esses encontros? O que podemos recolher do que nos acontece para pensar a produção da vida em sua potência, com alegria, com cuidado?

Trazer o micropolítico é trazer os lugares onde as existências furam os muros institucionais, conectando relações com o fora, que é constitutivo dos processos; processos estes, intensamente produtores de novos sentidos no viver e no conhecimento. É trazer o lugar dos processos de encontros e suas atualizações das relações de poder. É trazer a micropolítica do encontro e a produção de redes de conexões existenciais, multiplicidades em agenciamento (MERHY, GOMES, SILVA, SANTOS, CRUZ, FRANCO, 2016, p 34).

Não penso que sejam todos os trabalhadores da saúde mental que são e se reconhecem implicados com a reforma psiquiátrica: há diversas maneiras de se relacionar com o trabalho neste ou em qualquer outro campo. Assim como não são todos eles que escolheram esse campo de atuação; é preciso trabalhar e o SUS tornou-se um robusto mercado de trabalho. No entanto, a minha escolha é falar destes trabalhadores que se pensam como antimanicomiais, ainda que cada um faça isso por caminhos singulares. Parto da ideia de que esses trabalhadores, diante deste tema, têm um lugar importante a ser problematizado e potencializado.

Quando me refiro a esses trabalhadores também estou me delimitando ao universo da micropolítica do cotidiano do trabalho, não necessariamente ao trabalhador vinculado à espaços de luta política para além desse cotidiano. Há muitos desses mesmos trabalhadores que fazem parte de grupos organizados, coletivos, movimentos sociais, sindicatos, mas gostaria de me concentrar no que venho acompanhando mais de perto, que é o cotidiano do cuidado antimanicomial, na prática implicada que acontece nos equipamentos de cuidado constituídos a partir da reforma psiquiátrica, onde prática profissional e luta social se misturam.

Ainda é importante dizer que, as experiências aqui trazidas, referem-se aos trabalhadores de serviços de atenção em saúde, de gestão formal destes serviços, de gestão municipal, regional e estadual. Todos eles são considerados e nomeados nessa dissertação como trabalhadores. Em alguns momentos, ao relatar situações que envolvem especificamente um trabalhador que ocupa o espaço formal da gestão, posso utilizar a expressão trabalhador-gestor para que fique mais claro que

é deste que estou falando naquele momento. No entanto, também considero todos gestores, a partir do entendimento de que, no trabalho em saúde, todos governam (MERHY, 2002).

Como já se pode perceber pelas pistas aqui trazidas, essa construção será feita a partir de testemunhos, não tendo uma estrutura clássica de uma pergunta de pesquisa trabalhada através de um objeto e de um método bem definidos. Não temos aqui uma guia definitiva a ser seguida e tampouco a busca por um método de análise se reporta à necessidade de garantir qualquer neutralidade. Diante de relatos e memórias, sujeito e objeto não estarão apartados.

Para trazer esses relatos e memórias enfrentei certa dificuldade, pois, trata-se de um estudo realizado após a experiência e quase sem os registros da época vivida. O arquivo é o meu corpo, afetado pelos encontros que lhe aconteceram, e não necessariamente a memória deles me traz imagens, o que ela traz são as sensações. Assim, não há uma forma única das experiências serem apresentadas. Às vezes, pode ser uma cena que não mostra muito, em relação à qual o que consigo é traduzir como me afetou, ou mesmo as sensações que agem em mim. Outras vezes, é uma conversa com trabalhadores, algo que alguém disse e reverberou, ou até minhas conversas comigo mesma, sobre como, para mim, aconteceu o encontro com os outros e as marcas que ele produziu. O que tem aqui é conversação.

### 2.3 Desencontros pela vida

Se me deparar com os trabalhadores da saúde mental em condições afetivas precárias em seus cotidianos, me produziu um incômodo tão grande, maior até que tantas outras questões, também difíceis, vividas nessas experiências, foi por pelo menos dois motivos. Certamente, um deles é desejar ver sustentabilidade nas práticas antimanicomiais, por acreditar que os equipamentos de cuidado, constituídos a partir da reforma psiquiátrica, possam ser lugares de convivência e de alegria, transformadores dos modos de viver e, também dos modos de trabalhar. Outro motivo para que isso tenha me afetado tanto, acredito ter sido que, em alguns momentos do meu percurso como trabalhadora, me vi em condições muito semelhantes a essas.

Uma marca sensível em mim nesse sentido, se remete aos meus primeiros anos de experiência no campo da saúde mental, como estagiária ou residente, quando ainda não conhecia mais profundamente o furacão antimanicomial do cotidiano dos outros trabalhadores.

Lembro de um intenso mal-estar que se passava entre eu e alguns trabalhadores dessas equipes, por sermos diferentes no mundo do trabalho e da vida ou por não concordarmos uns com os outros no modo de produzir o cuidado. Em uma dessas situações, lembro de acompanhar um jovem, que quando criança presenciou e sofreu muita violência em casa, residiu em abrigos por vários anos, e agora estava num residencial por um tempo, ainda sem outra perspectiva senão continuar institucionalizado. O corpo desse jovem adolescente manifestava um repertório restrito de movimentos, automáticos e endereçado à poucos interesses, como o café e o cigarro.

Frequentemente, ele saía do residencial para caminhar na vizinhança e voltava sob efeito de maconha. Isso mobilizada a equipe, de modo que alguns trabalhadores acreditavam que era preciso fazê-lo parar de fumar, e colocavam a abstinência como condição para que ele pudesse ficar ali. Ao discordar dessas avaliações, eu utilizava da argumentação para tentar embasar outro cuidado, dizendo a eles que, enquanto estávamos preocupados com seu uso de maconha, não olhávamos para sua história, para a criação de possibilidades terapêuticas, ou mesmo, de moradia. Que o incômodo com seu uso de maconha e a imposição de abstinência para que ele permanecesse no serviço não tinha senão uma preocupação moral, não sendo nem terapêutica, nem cidadã, do ponto de vista da reforma psiquiátrica e da redução de danos.

Perante esses diferentes olhares, parecia que a única alternativa era convencer o outro e assim, não encontrávamos possibilidade de composição de alguma ação conjunta. As consequências disso eram, além do mal-estar entre nós, práticas isoladas a partir do cuidado que cada um na equipe acreditava.

Com aqueles colegas cuja diferença se instalava de modo tão expressivo, eu não conseguia trabalhar e isso gerou muita tristeza em mim naqueles primeiros anos de vivência no trabalho em saúde. Já na residência, por conta de situações como essa, cheguei a trocar o campo em que fazia formação, e concluí-la em um outro lugar, junto a um centro de referência, educação e assessoramento em redução de danos, cuja experiência relatarei mais adiante.

Nessa transição, carreguei comigo a tristeza dos maus encontros, o ressentimento e a inconformidade pelo que não deu certo, mas também, a curiosidade pelo que poderia ter sido diferente. Eu precisava entender o que acontecia comigo, pois não bastava o cuidado do usuário de modo isolado; o trabalho se dava em equipe e assim precisava ser para que se sustentasse, era necessário compor práticas coletivas ou o cuidado não seria efetivo. Algo no encontro com a diferença, que em mim não era a diferença dos usuários, produzia maus encontros entre nós.

Já no campo de práticas seguinte, as experiências vividas foram fundamentais para isso e com elas, minha atenção foi sendo cada vez mais direcionada aos processos de trabalho em saúde e de subjetivação e singularização dos trabalhadores. Um tema em relação ao qual eu me sentia cada vez mais convocada a me dedicar e a buscar construir ferramentas. Isso foi desdobrando um percurso profissional em que meu trabalho passou a ter como principal prática a escuta dos trabalhadores.

Nos meus trabalhos posteriores, foi o que fiz, e com o objetivo de acompanhar os trabalhadores em seus cotidianos e oferecer apoio, eu também tentava compreender o que acontecia em seus encontros. Procurava saber se era, ou não, o mesmo que eu tinha vivido; se o que acontecia com eles era o mesmo que aconteceu comigo. De modo geral, os conflitos que acompanhava nas relações de trabalho das equipes me eram conhecidos, e a minha preocupação com o que se passava com eles era também um retorno a mim.

Algumas vezes, o que me era evidente era o esgotamento, como um efeito nos corpos dos trabalhadores, cujas causas eu desconhecia, e aparentemente eles também. Só depois é que passei a perceber que algo ali era produção de maus encontros, como foram as experiências que relatei antes e as quais voltarei mais adiante.

Certa vez, trabalhando formalmente como gestora, fui até uma das CRS para planejar com os colegas trabalhadores da gestão regional o apoio à respectiva região no fortalecimento da Rede de Atenção Psicossocial - RAPS. Não demorou muito para que o assunto se tornasse a situação de saúde mental dos trabalhadores da coordenadoria, para que eles começassem a contar sobre seus sofrimentos, seus usos de medicação: sobre o insustentável do trabalho em seus corpos. Era de sua saúde mental que falavam.

Novamente, vejo algo parecido acontecer em mim: quando saí do CAPS em que trabalhei antes de iniciar o curso de mestrado, me surpreendi com o meu sentimento de alívio - eu não percebia a minha própria condição, mas estava esgotada. Semanas depois, no mesmo serviço, quatro trabalhadores optaram por sua demissão, e eram justamente trabalhadores em cujas práticas eu reconhecia enorme potência. Isso me gerou uma grande tristeza, por mais que eu soubesse que aquele afastamento era bom para a vida de cada um deles, assim como foi bom para mim. No entanto, eu lamentava pelo serviço.

Isso reforçou a pergunta com que eu vinha me deparando há algum tempo: o que acontece nesses lugares, tão potentes e necessários, nos quais tanto apostamos e acreditamos, que os torna impossíveis de sustentá-los, como espaço cotidiano de trabalho, nos nossos corpos?

No esgotamento das energias, o trabalho em saúde e saúde mental enfrenta suas consequências, e os desafios cotidianos do cuidado, que já são tantos, tornam-se ainda mais pesados. São comuns os afastamentos temporários ou definitivos dos trabalhadores, que geram uma grande rotatividade nos serviços, produzem rupturas e descontinuidades das ações de cuidado, reduzem a capacidade resolutiva das práticas de saúde naquilo que elas têm de mais inventivas, que necessitam de vínculo e processualidade.

Algumas vezes, vi colegas que se dedicaram à formação em saúde mental, porque isso fazia sentido em suas vidas e na sua luta, entrando em serviços comprometidos com uma proposta antimanicomial, felizes como se finalmente tivessem encontrado o seu lugar (ainda que na maioria dessas situações estivessem topando condições de trabalho muito precárias no sentido material), e depois de um tempo, às vezes muito pouco tempo, deixando seus locais de trabalho escolhidos, por conta do esgotamento que viveram.

Também vi muitos trabalhadores implicados com a reforma psiquiátrica optando por locais de trabalho nos quais os processos de cuidado têm centralidade em tecnologias duras ou leve-duras (FEUERWERKER, MERHY, 2016), cuja abertura para a inventividade das práticas é menor, porque ali encontraram um cotidiano de trabalho com melhores condições materiais e afetivas para si. Muitas vezes, pensei: essa profissional tinha que estar em um dos “nossos” serviços! Mas fui descobrindo, aos poucos, que não era tão simples assim.

Ao longo dos anos, escutando os trabalhadores e acompanhando seus

cotidianos, fui vendo que muitos não conseguiam exercer práticas compartilhadas, pensar sobre o seu fazer conjuntamente ou mesmo produzir, minimamente, um ambiente produtivo para o cuidado em saúde. Muitas vezes, se optava por práticas isoladas dentro das equipes, em que cada um pudesse governar seu processo de trabalho sem a interferência ou o julgamento do outro. As reuniões dos trabalhadores podiam ser sessões de tortura: burocráticas, tristes e improdutivas. Era assim que tinha sido para mim naquelas primeiras experiências que citei. Algo, no encontro, não ia bem. Essa era a pista que me parecia mais evidente para conhecer o que nos acontece.

A subjetividade dos trabalhadores interessa ao cuidado, que não se sustenta por muito tempo com as energias exauridas sem reproduzir as mesmas formas de cuidado que se pretende superar. Ou que até se sustenta por um tempo, mas a um preço muito alto: quando os trabalhadores abrem mão, esquecem ou nem pensam no cuidado de si (FOUCAULT, 2014).

Depois de quase quatro anos trabalhando na gestão estadual da saúde mental, confesso que, assim como aqueles trabalhadores da regional, eu já estava cansada. Corríamos por todo o Estado fazendo coisas que acreditávamos, que tinham a ver com a produção de encontro, com a multiplicação de ideias relacionadas ao cuidado em liberdade, à redução de danos. Ideias estas que, como sabíamos, não circulariam dessa forma em outro momento histórico e, por isso, queríamos aproveitar a conjuntura que julgávamos mais favorável e fazer o máximo que fosse possível. Ou o impossível?

Quando se aproximou do final da gestão daquele governo e ocorria o período eleitoral, intimamente<sup>5</sup>, eu não desejava por aquela reeleição, por mais que soubesse que a troca de governo não seria o melhor para a realidade do Estado. É que eu imaginava que nós não sairíamos dali pela nossa própria vontade, se tivéssemos a oportunidade de continuar fazendo o que fazíamos por mais tempo; e eu não queria mais que nossas vidas tivessem aquela velocidade, aquele modo de funcionar e, ao mesmo tempo, não imaginava que pudéssemos continuar fazendo aquele trabalho com um outro nível de intensidade.

Nos CAPS em que trabalhei em seguida, não foi tão diferente, ainda que,

---

<sup>5</sup> Quando digo intimamente, é porque eu não apoio nenhum governo ou partido, ainda que reconheça que eles não são todos iguais sob todos os pesos e medidas. Alguns são permeáveis às pautas da esquerda, como esse era, e por isso, nosso trabalho ali era possível.

cada lugar tenha sua peculiaridade, seus desafios e brechas próprias. Ali a concretude e as dificuldades das histórias, das misérias, das violências existentes na vida dos usuários tornava o futuro ainda maior em perspectiva. Enquanto trabalhei na gestão estadual, ainda conseguia encontrar formas de cuidado de mim mesma, seja ao selecionar sempre que possível as ações nas quais eu me envolveria, priorizando aquelas em que eu via mais potência (de mim nelas e delas em mim), ou porque os trabalhadores da equipe tinham uma relação de vínculo afetivo, que permitia relações de cuidado, ainda que também houvesse descuidos, e também porque na vida particular era possível eventualmente exercer práticas de cuidado de si. Mas, trabalhando nos CAPS, não consegui mais sustentar meu próprio cuidado: era a urgência da vida dos outros batendo na porta. Daí o sentimento de alívio quando saí.

Só que, ao mesmo tempo, o cotidiano dos CAPS me produzia novas e interessantes questões, tendo em vista que estava ali todos os dias com a mesma equipe, o que me permitia entrar no miúdo das relações entre as pessoas, onde já pousava a minha curiosidade. Acompanhar suas relações e seus processos de trabalho no dia-a-dia do cuidado, o que me intrigava, me colocava a pensar e a experimentar alternativas.

Ali foi se tornando mais explícito para mim que a impossibilidade do cuidado de si, em nome do cuidado do outro, produzia um outro tipo de descuido. Que o esforço na produção de práticas diferentes do manicômio na vida dos usuários coabitava com a produção de ambientes manicomial para os trabalhadores, construídos por eles mesmos. Em ato, me vi diante de relações de falta de confiança, da construção de ambientes paranoicos e tristes, como aquelas que antes havia escutado os trabalhadores contarem sobre os seus cotidianos nesse tipo de serviço.

Essas dificuldades também eram comuns nas relações estabelecidas entre os trabalhadores da atenção e os trabalhadores da gestão formal, mesmo quando este último era um lugar ocupado por um trabalhador que veio da atenção, também implicado, que naquele momento aceitou uma proposta de estar na gestão formal, com a intencionalidade de contribuir com um mesmo projeto. Da mesma forma, isso acontecia nas relações com as redes setoriais e intersetoriais, constituídas de julgamentos e acusações, muitas vezes, consideradas por nós da saúde mental, como o grande problema para a efetivação do cuidado que era necessário.

Eu me perguntava muito sobre isso que se produz no encontro entre as pessoas, inclusive entre aquelas que compartilham de desejos muito semelhantes. Os infernos que produzimos e vivemos juntos:

O inferno dos vivos não é algo que será; se existe, é aquele que já está aqui, o inferno no qual vivemos todos os dias, que formamos estando juntos. Existem duas maneiras de não sofrer. A primeira é fácil para a maioria das pessoas: aceitar o inferno e tornar-se parte deste até o ponto de deixar de percebê-lo. A segunda é arriscada e exige atenção e aprendizagem contínuas: procurar e reconhecer quem e o que, no meio do inferno, não é inferno, e preservá-lo, e abrir espaço (CALVINO, 1990, p. 71).

Há tempos penso sobre o inferno dos vivos na perspectiva de tentar entender o que vi ou vivi no campo da saúde mental e ao que me parece, nós, os trabalhadores, produzimos seus/nossos próprios infernos: mas eles/nós não são/somos só isso. Se por um lado, vejo nosso cotidiano muito bem retratado pelo exposto por Ítalo Calvino, por outro lado, ponderaria sobre o seguinte: não estamos falando de um trabalhador que aceita o inferno e se torna parte dele - este, ao meu ver, é parte de uma minoria. Penso que uma boa parte dos trabalhadores militantes são esses que entram num campo de batalha para reconhecer quem é ou não inferno, e que, muitas vezes, enxergam o inferno no outro e não percebem o existente em si.

O que acredito que precisa ser ponderado nessa citação é, em primeiro lugar, que o inferno ou o não-inferno não está personalizado em uma ou outra pessoa, mas que cada pessoa é composta por uma heterogeneidade de forças. Se há sobre quem pesem as forças manicomiais, de tal forma que não seja possível acessar outra coisa, aqueles com quem talvez nenhuma composição seja possível, estes também são minoria. Em segundo lugar, penso que essa busca incessante por identificar quem é ou não inferno, quem é ou não manicomial e antimanicomial, é uma das maneiras mais efetivas de produção do próprio inferno.

Ou seja, recriamos o inferno nessa produção paranoica de quem é quem, que elimina a possibilidade de conversa com a diferença dentro dessa construção determinada e identitária na qual re-produzimos muito mais problemas do que produzimos soluções. O inferno expresso através de uma energia de desconfiança e julgamento, que elimina a dúvida e o pensamento, que interdita os possíveis deslocamentos que o encontro com a diferença pode criar, ou mesmo a composição

que poderia se dar com o que temos em comum e que, às vezes, nem tivemos a oportunidade de descobrir.

É a partir da emissão de signos produzidos nos encontros que nossos corpos se afetam e podem se transformar, que nos tornamos quem somos, que diferimos do que fomos. Dependendo de como são esses encontros, ocorrem variações de aumento ou de diminuição da nossa potência de agir. Na teoria das afecções, como explica Gilles Deleuze, os bons encontros geram paixões alegres e ocorrem quando há conveniência no encontro entre corpos, cuja relação é de composição, neste caso, adicionam-se as potências, favorecendo e ampliando as potências de agir. Já os maus encontros são aqueles que geram as paixões tristes, que ocorrem no encontro entre corpos que não se convém, que não se compõem, em que, pelo contrário, a potência de um se opõe ao outro, e neste caso, gera-se uma subtração, uma diminuição da potência de agir (DELEUZE, 2002).

Acontece que, na minha experiência no campo da saúde mental, tive a impressão de haver uma predominância de maus encontros entre os trabalhadores, des-encontros geradores de paixões tristes, expressos nas situações de desentendimento, cansaço e esgotamento que relatei anteriormente. As paixões alegres ou tristes não foram suficientes para entender tudo o que se dá no cotidiano do trabalho, mas para mim ofereceram pistas importantes, fizeram sentido e permitiram novos movimentos ao que vivi. Contribuíram para o que eu, processualmente e insistentemente, vinha trabalhando em mim, uma atenção e um cuidado maior com os encontros pela vida.

Há um outro tipo de afecção que são as ações ativas. Tanto as paixões quanto as ações preenchem a capacidade de um corpo ser afetado, mas as paixões são afetos passivos, de onde recolhemos apenas os efeitos dos afetos, sentindo a alegria quando nosso corpo se compõe no encontro com o outro, e tristeza quando se decompõe (DELEUZE, 2002). Como acontecia comigo, diante dos maus encontros que relatei, nos quais eu desconhecia as causas mas sentia os efeitos dos afetos tristes.

Deleuze explica que as ações são afecções ativas, pois, através delas, conhecemos as causas do que nos passa, as relações constitutivas dos corpos e o que convém ou não na relação entre eles, as causas de porquê algo agrada ou desagrade e não somente os efeitos. Por isso, as ações seriam geradoras de ideias adequadas sobre nossa realidade e, a partir delas, seria possível gerar noções

comuns, ou seja, aquilo que expressa a composição - o comum - entre os sujeitos (DELEUZE, 2002).

Em geral, desconhecemos o que nos acontece, sentimos os efeitos dos afetos, mas não compreendemos suas causas. Deleuze refere que temos ideias confusas sobre o que nos passa, centradas em nossa tentativa de compreensão consciente das coisas, que pouco se ocupa de conhecer o que acontece nos nossos corpos: não sabemos o que pode o corpo (DELEUZE, 2002).

Por isso é necessário instituir o corpo como modelo, como proposta ética, para captar a potência do corpo e do espírito, em que, para além das condições dadas pelo já conhecido ou consciente, se possa conhecer aquilo que escapa: o inconsciente do pensamento e o desconhecido do corpo. Deleuze considera que recolher apenas os efeitos e ignorar as causas do que nos passa é pouco e nos leva à ilusão (DELEUZE, 2002).

A liberdade passaria por essa racionalidade, que não temos, mas que podemos ter à medida que possuímos nossa potência de agir. Nossa razão se constrói quando conhecemos as causas do que nos acontece a partir das afecções que são ações ativas, quando sabemos o que precisamos, organizamos e selecionamos nossos encontros (DELEUZE, 2002).

Se é melhor ser alegre que ser triste, ou seja, se são preferíveis as paixões alegres do que as paixões tristes, é porque elas de alguma forma, ao mostrar a conveniência entre dois corpos - a combinação entre eles - agem como um trampolim, pois nos mostram ao menos a potência das ações ativas. São meios favoráveis ao devir ativo, são caminhos para as ações ativas, ou dito de outro modo: a alegria é um caminho para a liberdade (DELEUZE, 2002).

Se a vida é a arte do encontro, é porque a partir deles nos construímos e transformamos. No âmbito da saúde coletiva, como proposta de transformação das práticas de cuidado, entendem-se os encontros como lugar de potência do agir em saúde. Se é mais ou menos potente de acordo com a produção de bons ou maus encontros e a ação no mundo se dá a partir dessa produção (FRANCO, 2013). Por isso, entende-se que os bons encontros são necessários entre os trabalhadores, assim como deles com os usuários, com a gestão formal, com a rede.

Encontros demasiadamente produtores de afetos tristes, de relações que não se compõem entre si, de subtração de potência, não contribuem para a produção do fazer antimanicomial; ao contrário, contribuem para que o furacão que habitamos

gire ainda mais violentamente, nos deixe ainda mais confusos e cansados, aumente as nossas dificuldades, que já não são poucas.

Diante das intensas dificuldades de se estar no olho do furacão, a prática de cuidado em saúde mental é ao mesmo tempo uma luta necessária à defesa da vida e do cuidado em liberdade. Acontece que, diante de tantos desafios, facilmente, nos vemos lutando uns contra os outros.

O cuidado centrado no usuário não implica no apagamento da subjetividade dos trabalhadores; pelo contrário, só é possível mudanças nas práticas a partir do que se dá no mundo subjetivo de cada um. Sofrer as consequências de mais encontros maus do que bons é uma tortura subjetiva à qual não precisamos nos submeter. Para Deleuze, viver ao acaso ou à mercê dos encontros e seus efeitos é como ser um escravo que, ao se deparar com a sua impotência, estará pronto para acusar, culpar ou se ressentir (DELEUZE, 2002).

É a partir dos encontros que se produzem as ações de cuidado, por isso, os trabalhadores poderiam se posicionar para serem afetados pela presença do outro; para essa troca entre diferentes mundos existenciais, na qual os recursos que cada um possui aumentam nossas cartas na manga e contribuem para a invenção de novos modos de cuidar. Ao compor redes de conexão, nos encontros, se multiplicam as potências de nossas redes existenciais. Sem esses encontros, se empobrecem as possibilidades de ampliação das práticas, de mudança nos modos de produzir saúde (MERHY, GOMES, SILVA, SANTOS, CRUZ, FRANCO, 2016).

Se estar num furacão é uma certa condição inerente ao fazer antimanicomial, diante de tão fortes intensidades, de ambientes que parecem prestes à combustão – às vezes de antiprodução –, os bons encontros entre os trabalhadores da saúde mental são necessários. Mas como produzir uma virada nas paixões? Como ampliar os bons encontros e aumentar nossa potência de agir em direção às alegrias ativas?

#### 2.4 A virada das paixões

O campo da saúde mental é heterogêneo; ao mesmo tempo que produzimos infernos nas relações uns com os outros, ambientes insuportáveis para nossas existências, também produzimos outras relações, outros encontros. Conversarmos sobre aquilo que não tem dado certo não significa que tudo dá errado. Há inúmeras experimentações nas práticas sociais que apontam para a emergência de outras

formas de se relacionar entre os trabalhadores, e deles com suas práticas, que tornam a vida mais possível diante daquilo que nela, às vezes, possa parecer impossibilidade.

O que fundamenta a reforma psiquiátrica em sua micropolítica é a invenção de possibilidades de existência, de produção de outros modos de relação com a diferença, que não mais a exclusão ou a interdição, mas a alteridade, a potencialidade na constituição de novos sistemas de referência subjetiva, de singularização da vida individual e coletiva.

Quando penso nisso com vistas no que estou relatando sobre o cotidiano da saúde mental, algumas perguntas me surgem como fundamentais e serão mantidas por mais tempo neste estudo: antimanicomial para quem? Esse antimanicomial de que falamos, serve também para os trabalhadores? Queremos construí-lo nas nossas relações no mundo da vida, para além do mundo do trabalho, ou mesmo, para além da relação com os usuários? É possível que nossas práticas sejam antimanicomiais para uns e não para outros? O que estamos explicitando sobre o que ocorre nos nossos maus encontros seria consequência de um agir antimanicomial seletivo?

Se o antimanicomial é o que coloca a saúde mental no olho do furacão é justamente pela potência que tem, nas suas práticas, nas ferramentas de cuidado inventivas que propõe, em seus princípios que interrogam os modos de viver, que nos colocam à prova na relação com a diferença – porque a vida não precisa ser sempre a mesma. Pode ser diferente!

Mas quem pode ser diferente? A diferença de quem somos capazes de acolher e ver como positividade? Sem a pretensão de responder essas perguntas nesse momento, mas sabendo que vamos voltar a elas mais adiante, prossigo.

Às vezes, reencontro com os colegas trabalhadores e com suas alegrias ao relatarem o seu cotidiano de trabalho. Quando os vejo assim, penso que são todos loucos. E que bom que são! É que nem sempre os relatos dos trabalhadores são tristes. Nunca é fácil, mas nem sempre é triste. Mas como me incomodou percebê-los predominantemente tristes em alguns momentos! Por isso, a preocupação com a virada das paixões, porque acredito que esse cotidiano possa ser mais alegre e mais sustentável.

Para entender o que se passa, tomando meu corpo como modelo como sugere Deleuze em referência à Espinosa (DELEUZE, 2002), compartilho uma outra

marca em mim.

Acredito que um efeito adverso aconteceu quando me constituí como militante antimanicomial, o que se manifestou na produção de mais maus encontros do que bons, num determinado momento da minha experiência. Tão determinada em lutar pela produção de um outro mundo, não percebi que reproduzia o mesmo mundo que eu não queria mais na micropolítica de alguns dos meus encontros. Só que para que eu entendesse isso não foi tão simples, nem rápido.

Logo depois de viver aquelas minhas primeiras experiências que, do ponto de vista do encontro com outros trabalhadores, muito me entristeceram, eu tive a possibilidade de cuidar disso em mim. Depois delas, através dos bons encontros que tive, o que me aconteceu e me fez produzir novos sentidos para o trabalho teve relação direta com o encontro com algumas ideias. Quando os maus encontros me ocorreram na residência e eu mudei de campo de práticas, fui trabalhar com a educação em redução de danos. Ali me deparei com o conceito de operação subjetiva: uma ideia construída na perspectiva de que todos nós passamos por transformações em nossa subjetividade para nos habilitar a trabalhar com a diferença de modo não prescritivo (MAYER, 2013).

Parte-se do princípio de que as práticas prescritivas da saúde não resolvem os problemas, pois não basta a orientação de modos de viver “saudáveis” para que ocorram mudanças nos modos de viver, seja em relação ao consumo de açúcar, ao uso da camisinha, ao consumo de drogas, etc. Na redução de danos, aprendemos que é preciso se aproximar da vida do outro, produzir vínculo e construir possibilidades que façam sentido na singularidade da sua existência. A operação subjetiva é essa necessidade de que nós, trabalhadores da saúde, possamos nos despir daquilo que aprendemos como ideal de saúde para todos e que trazemos das nossas formações pessoais ou acadêmicas, para, assim, produzir um possível, entre o real e o ideal.

Mas não foi somente a apropriação conceitual de uma ideia que produziu uma transformação em mim. É que, ali naquela equipe que se ocupava de processos de educação permanente de trabalhadores da rede, essas não eram ideias a serem somente transmitidas ou discutidas nos processos formativos; eram, principalmente, ideias tomadas para si no exercício de conduzir esses processos. Era a operação conceitual no cotidiano. Assim, em cada prática de educação permanente, o nosso fazer como facilitadores, proponentes desses processos, era objeto de reflexão: se

aquilo que fazíamos estava direcionado à produção de sentidos para os trabalhadores, ou ao mero convencimento do que acreditávamos. E mais: como nos sentíamos, ao perceber que os processos de operação subjetiva não aconteciam como gostaríamos, como lidávamos em nós com nossos imperativos ideais junto aos trabalhadores.

Sabíamos que a operação subjetiva era um processo singular para cada trabalhador e que só a partir deles são possíveis as mudanças nas práticas de saúde; que essas mudanças não se efetivam por decreto, mas que passam pela produção de sentido construída nos seus universos existenciais. Para isso, precisávamos aprender a lidar com o nosso afã por mudanças, e compreender que nossas práticas de educação permanente não nos dão garantia de que elas aconteçam, e que não se pode esperar que isso seja garantido, porque esperar por isso é o contrário dos princípios que acreditamos.

Era, portanto, um exercício de olhar para as nossas expectativas e resolvê-las em nós e, ao mesmo tempo, tentar aprimorar aquilo que fazíamos, sem nossos imperativos. Uma experimentação na produção da nossa própria coesão, ao buscar colocar em prática - nas nossas práticas - aquilo que dizíamos e que pensávamos ou, como referiu Foucault, ao destacar práticas de cuidado de si: de experimentar como verdadeiras as coisas que dizíamos (FOUCAULT, 2014).

Quem emancipa não precisa se preocupar com a emancipação, diz Larrosa (LARROSA, 2016). Foi neste sentido que o conceito de operação subjetiva, exercitado várias vezes, vivido em parceria, experienciado e refletido nesta equipe, agiu na produção da minha operação subjetiva e, assim, vem produzindo mudanças processuais nos meus modos de ver e fazer as coisas e me oferecendo ferramentas que foram sendo preciosas no que eu vim a fazer depois. Não que isso tenha eliminado todas as minhas truculências e dificuldades de relação; sigo as tendo, mais ou menos, dependendo sempre de como a situação vivida me toca - mas, no mínimo, fez com que eu me ocupasse delas permanentemente dali por diante.

Se a realidade dos trabalhadores da saúde mental é, muitas vezes, produtora e produzida por encontros e afetos tristes, de relações difíceis, assim como foram as minhas primeiras experiências em equipe, é necessária uma virada nas paixões, a partir do aumento dos bons encontros. O encontro com as ideias da redução de danos e a vivência nessa equipe é uma marca que localizo em mim, como produtora, talvez, da diferença mais sutil e mais profunda que vivi nesses anos de

experiência. Que me transformou substancialmente e que ainda me faz retornar às coisas vividas e olhá-las, muitas vezes, de várias vistas, de diferentes pontos, como potência que não se esgotou.

A virada das paixões é necessária porque a alegria é fundamental: é ela que produz sentimentos mais livres, mais ativos, que nos aproximam da ação, que elevam nossa potência. E quanto maior a potência constituída através dos bons encontros, menos os maus encontros poderão nos comprometer. Assim, Deleuze diz que, mesmo que pareça que o nosso lugar na natureza nos condena aos maus encontros e a tristeza, deveríamos buscar ampliar ao máximo os bons encontros, as paixões alegres, e assim, as ações ativas (DELEUZE, 2002).

Nessa experiência que relatei na redução de danos, penso que uma grande virada se produziu. Que isso foi possível por uma série de diferenças, sutis, nos nossos modos de experimentação das nossas práticas, nos nossos modos de relação uns com os outros. O que aconteceu ali que produziu essa virada? Que modos diferentes - e sutis - de encontro são esses, em que se reconhece a potência do encontro entre os trabalhadores da saúde mental?

Essa experiência, que foi para mim uma desterritorialização do meu modo de agir constituído de imperativos militantes (assunto que pretendo aprofundar no próximo capítulo dessa dissertação), produziu mudanças em mim, no meu modo de agir no trabalho, no meu modo de me relacionar. Foi possível pelos bons encontros, pela alegria produzida a partir deles, pela potencialidade do corpo ativada, o que permitiu olhar para a tristeza que vinha sentindo.

Para Deleuze, os modos de existência são entendidos como bons quando se esforçam para organizar seus encontros, quando buscam dinamicamente relações combináveis e convenientes ao aumento de sua potência em composição. Selecionar os afetos consiste na nossa capacidade de gerenciar permanentemente nossos agenciamentos, programar e reprogramar, produzir máquinas que promovam bons encontros, que ampliem paixões alegres (DELEUZE, 2002).

Essa experiência de operação subjetiva chamou minha atenção para o esforço de conhecer e tomar o corpo como modelo, o que implica perguntar-se: o que o corpo pode? Questão singular, porque cada corpo pode coisas diferentes, e o mesmo corpo pode diferentes coisas em momentos diferentes: para a virada das paixões é necessário assumir o corpo como modelo. O que meu corpo precisa agora? Pergunta que não costumamos fazer, mas que quando feita

sistematicamente, muda nosso modo de viver, de sentir, de trabalhar, de se relacionar consigo e com o outro.

É nesse sentido, de uma seleção baseada no que o corpo pode, que hoje vejo o meu afastamento desse campo e o ingresso no mestrado. A marca que trago em mim de quando percebi que precisava de um tempo do campo da saúde mental para cuidar da minha própria saúde mental e das experiências vividas; aprender com nossos processos aquilo que, enquanto eles aconteciam, não tivemos tempo; colocar em análise os meus/nossos modos de agir. Eu precisava de paragem, para estudar, investigar o vivido, ter tempo para conversar. Foi quando percebi que a intensidade era demais e que já não poderia ser suportada sem maiores danos. Se eu continuasse, não conseguiria mais cuidar dos encontros como eu achava que precisava, porque não há como cuidar do outro sem cuidar de si.

Para ter bons encontros é preciso ter energia. O que não tornará necessariamente as coisas mais fáceis, os problemas continuarão e podem ficar até mais visíveis à medida que conseguimos olhar para eles. Mas a energia já é a experimentação da diferença, de uma aposta no encontro com o outro.

Os bons encontros, que aumentam a nossa potência de agir, são capazes de nos aproximar das ações ativas, que é o lugar das noções comuns (DELEUZE, 2002). Produzir um certo comum me parece necessário, especialmente, no momento em que vivemos, para que não nos apartemos tanto e não estejamos tão frágeis diante do furacão dos nossos dias.

É preciso partilhar de um espaço comum onde possamos ter alívio produtivo e alegria (MERHY, 2013a). Não há dúvidas de que temos um projeto comum, ainda que tenhamos tantas diferenças dentro dele, e não são poucas as vezes em que bravejamos e nos desentendemos querendo afirmar coisas tão parecidas. Dar espaço para as nossas diferenças e para as nossas combinações são duas coisas que penso serem, igualmente, necessárias para o cuidado dos outros e o nosso.

O cuidado é nossa tarefa, e se nossa função desde o lugar de cuidadores é produzir desvios nas situações dadas e criar outras formas de existência, quem sabe podemos tomar esse exercício para nós mesmos, trabalhadores, para interrogar além das nossas práticas, nossos corpos, e nossos modos de viver o mundo do trabalho e da vida na relação uns com os outros. A fim de qualificar não somente o cuidado dos usuários, mas o cuidado com nós mesmos.

Vamos continuar conversando.

### 3. O IMPERATIVO DOS AGIRES MILITANTES

Neste capítulo, gostaria de propor um desdobramento do anterior e percorrer uma pista que me parece muito importante para compreender o que nos passa no campo da saúde mental, o que acontece nos encontros entre nós, trabalhadores, e que está relacionado aos nossos agires militantes. É, de certo modo, uma tentativa de conhecer as causas dos afetos, e não somente seus efeitos, ainda que não pretenda afirmar uma única causa que dê conta da complexidade do que vivemos e nem trazer à tona diversas delas. Vou apenas seguir o exercício que venho tentando fazer e que consiste em partir do que vivi, ou vi - sobretudo, do que senti - ao viver certas experiências, de bons ou maus encontros, que foram produtores de grandes incômodos, de significativas marcas e movimentos em mim, para, através disso, produzir conversações com aquilo que foi se transformando, produzindo novos sentidos nos meus modos de viver o mundo do trabalho e da vida.

Como de algum modo já relatei, eu me tornei militante muito jovem, tão logo encontrei com a reforma psiquiátrica e descobri nela algo de potencialmente libertador para a vida. Havia chegado há pouco do interior e ingressado na universidade, vindo de uma trajetória de vida bastante limitada em termos de experiências relacionais, pelo contexto em que vivia, na área rural de um pequeno município no interior. Quando cheguei na cidade e na universidade, eu era uma dobra com uma grande abertura, uma imensa vontade de aprender e de me transformar e de produzir sentidos para o viver; e muitas coisas me interessavam naquele novo mundo que eu habitava. No entanto, algumas coisas foram mais significativas que outras e a reforma psiquiátrica, a saúde coletiva e a redução de danos foram descobertas que deram sentido para a vida.

Basaglia disse que esse mundo só mata e que precisamos construir outro mundo se queremos viver (BASAGLIA, 1979). Pronto! Isso agiu em mim, me instigou a tentar produzir outro mundo para viver, me deu forças para apostar no trabalho e no mundo que acreditava. Assim, construí meu agir militante querendo ver a reforma psiquiátrica acontecer na vida dos usuários, que o cuidado acontecesse em liberdade, que as lógicas manicomiais que se reproduziam nos novos serviços de saúde mental pudessem ser superadas; e pensei que o conhecimento produziria as ferramentas que eu precisava para contribuir com isso.

Mas nem a formação universitária e nem a formação política nos ensinam a

produzir bons encontros; e à medida que me deparei com a produção de mais maus encontros do que bons, no contexto do trabalho, percebi que havia algum problema no meu modo de me encontrar com o outro. Algo que, no meu modo de me relacionar, operava a produção de maus encontros, gerando tristeza, diminuindo potência.

As forças que produziam meu agir militante eram múltiplas e, se algumas delas me potencializavam na produção de boas coisas, outras agiam na reprodução do mesmo mundo que eu não queria mais, na micropolítica dos meus encontros. Eu não conseguia entender o que se passava em mim, mas sentia um entristecimento, como se aquilo que me alimentava para produzir um outro mundo, era também o que vinha tornando cada vez mais impossível viver nesse mundo: o meu agir militante.

Precisei colocá-lo em análise, pensar quais eram essas diferentes forças que se expressavam no meu modo de agir. Necessidade esta que não descobri sozinha, que só foi possível de ser conhecida e vivida pela oportunidade de compor uma equipe que tinha incorporada como sua proposta ética, colocar em análise seu fazer micropolítico.

Em seu estudo, Kathleen Cruz (2016) faz esse percurso de investigar seu modo de agir como trabalhadora (e gestora) e militante: o que as palavras de ordem produzem em nós? Onde situamos o outro nos nossos modos de agir? Pergunta-se. Ela conta que percebeu seu agir militante submetido à uma percepção na qual era vítima do outro: o outro era o seu problema, o outro não fazia, não sabia – do mesmo modo que muitos trabalhadores me relatavam que lhes acontecia. Conta ainda que quando, como gestora, ia ao encontro dos trabalhadores, os via como fonte, como particularidades a serem utilizadas na produção da saúde; suas vidas não lhe interessavam como singularidades a serem conhecidas. O outro era um recurso, um meio.

Esse desinteresse pelo outro, em nome do cuidado, também se deu em mim nos meus primeiros anos como trabalhadora e militante, assim como vi isso acontecendo no cotidiano dos serviços, nos modos dos trabalhadores se relacionarem uns com os outros ao longo das minhas experiências nas/com as equipes. O problema é o outro que não tem comprometimento: assim muitos trabalhadores falavam do que não ia bem no seu trabalho, na sua equipe, na sua rede. Nós estamos certos porque queremos o melhor para os usuários: assim narra

kathleen Cruz, assim aconteceu comigo e, ao meu ver, também nos agires militantes de muitos trabalhadores que acompanhei.

Na incansável luta para produzir o antimanicomial, também podem se reproduzir ambientes onde há predominância de maus encontros: pouco acolhedores com a diferença, conflituosos e improdutivos. Por vezes, tentando ser antimanicomiais com os usuários, dependendo das forças que se manifestam em nossos agires, podemos ser manicomiais para nós mesmos. Essa é a cilada que vi acontecer entre nós trabalhadores, no campo da saúde mental.

Nesse sentido, nossas palavras de ordem expressam o imperativo ideal que constitui nossos agires militantes: o modo ideal de produzir o cuidado, o mundo ideal que eu quero para mim e para os outros, e isso, agindo nos encontros, pode ser produtor de tristeza, de diminuição de potência, de esgotamento.

A experiência com a redução de danos, para mim, foi algo que permitiu desterritorializar o meu agir militante, criar outros territórios através da experimentação de novos modos de agir na relação com os outros trabalhadores. Acredito que por isso pude continuar o meu percurso como trabalhadora na saúde mental produzindo bons encontros. Mas isso continuou sendo uma pulga atrás da minha orelha, pois a virada das paixões era um exercício permanente e não questão resolvida em definitivo. Era algo que exigia atenção e energia na produção dos encontros cotidianos.

O caminho que percorria era o de tentar desaprender os imperativos ideais, e aprender a construir possíveis com os outros no trabalho em saúde mental. Foi nesse caminho que me encontrei com Friedrich Nietzsche, no Nascimento da Tragédia e em Deleuze, recolhendo aí outros elementos para pensar o que vinha vivendo e pensando.

Com Nietzsche me encontrei com a ideia de desvalorização da vida no presente em nome de valores superiores: o niilismo. Um empreendimento de negação da vida formado a partir de um conjunto que integra o ressentimento, a má consciência e o ideal ascético. O ressentimento é a acusação projetiva da vida (é tua culpa!) contra tudo que é ativo; a má consciência é a introjeção da acusação (é minha culpa), uma reação contra si mesmo; o ideal ascético é a fraqueza, a mutilação, o julgamento da vida de acordo com valores superiores à própria vida. Estes, segundo Deleuze, seriam elementos do espírito de vingança que se apoderou da humanidade através da metafísica, da psicologia, da história e, sobretudo, da

moral. São fundamentos da humanidade que, há muito tempo, nos fazem pensar de forma a opor o conhecimento à vida, julgando-a, culpando-a, desvalorizando-a em nome de valores superiores à própria vida (DELEUZE, 2016).

Na leitura de Deleuze (2016), haveria ao menos dois tipos de niilismo em Nietzsche: o primeiro, é o da desvalorização da vida no presente em nome do eterno prometido aos bons e virtuosos: o paraíso. Deleuze também aborda essa questão a partir de Espinosa, referindo o culto à morte em vida que se vive, postergando a plenitude do viver para a eternidade (DELEUZE, 2002).

Já o segundo sentido do niilismo se constitui na modernidade, a partir do que Nietzsche chama de 'a morte de Deus'. É o antropocentrismo, em que não há mais a esperança em Deus e sim no progresso da própria humanidade. O efeito desse segundo momento do niilismo é, para Nietzsche, o mais preocupante, e se dá a partir do momento em que não se acredita mais nem em Deus, nem no progresso da humanidade: um niilismo que não acredita em mais nada. Em que se lamenta com a tristeza, em que nada mais vale a pena (DELEUZE, 2016).

Essa impossibilidade de viver o presente em nome de um futuro ideal, seja após a morte ou após a revolução (ou após a reforma psiquiátrica consolidada) me parece constituir o imperativo ideal das lutas sociais: o futuro ideal de uma sociedade sem manicômios. E a luta diária (in)cansável (e tanto!) em que não vemos esse futuro chegar, ou em que nos deparamos com a perda daquilo que pensávamos já ter conquistado, pode ser geradora de tristeza, de aniquilamento das forças, e até mesmo de ações reativas .

Nesse momento histórico, há quem não acredite em mais nada, que já não vale a pena lutar. Há quem continue lutando do mesmo modo e, ao insistir na luta, ponha para funcionar forças reativas que agenciam maus encontros, produtores de esgotamento e tristeza.

Esses sentimentos não são restritos ao campo da saúde mental, mas estão presentes nos mais diversos coletivos ou indivíduos, onde forças ativas e reativas disputam por mais potência e no que se percebe, muitas vezes, o triunfo das forças reativas sobre os espíritos livres, como resultado do niilismo (DELEUZE, 2016).

Em minhas experiências, houve momentos nos quais tive a impressão de que não criávamos mais, só reagíamos contra as investidas do manicômio sobre nós. Para evitar mais uma internação, mais uma interdição, para responder ao Ministério Público (MP), para segurar a ansiedade da família enquanto tentávamos encontrar

outra alternativa de cuidado mais indicada do que aquela que por eles era solicitada – geralmente a internação de longa permanência.

Por vezes isso era muito cansativo e me fazia sentir o triunfo das forças reativas, essas que disputam pela conservação e adaptação dos valores estabelecidos, criam um contexto de esgotamento no qual não se tem mais força para afirmar a diferença. As forças não agem mais, não criam, apenas reagem às forças que a dominam (DELEUZE, 2016).

Hoje sinto que, nisso que fazíamos, muito era trabalho ativo – das coisas que eram alegres e que não sabíamos – por mais que não parecesse, pois, exigia muita criatividade e força virar o jogo do estabelecido para criar saídas em direção ao cuidado em liberdade. E nas tantas vezes em que isso acontecia, eram plena produção de vida!

Mas num limite tênue, difícil de percebê-lo e de explicá-lo, penso que havia energia desperdiçada, quando uma boa parte do que fazíamos não ia ao encontro do outro, mas ao desencontro, ao mau encontro. Quando não era o possível, mas o ideal que nos orientava: o imperativo ideal dos agires militantes. Quando esse imperativo nos conduzia para além do limite dos nossos corpos, produzindo, em nome do cuidado, outros descuidos, com os outros ou com nós mesmos.

Lembro dessa sensação muito forte em mim, em algumas reuniões de um dos colegiados de gestão de saúde mental que participei sistematicamente. Os problemas eram tantos, as pautas nunca eram vencidas, as informações se perdiam, assim como aquilo que combinávamos. Uns falavam muito e outros pouco se manifestavam. Nós nos ocupávamos com problemas que não tínhamos como solucionar, perdíamos tempo e energia que poderia ser usada para inventar saídas para aqueles em que poderíamos incidir. Minha sensação era de trabalho morto (MERHY, 2013b).

Identifico que tinha momentos em que minhas forças ali eram reativas: eu co-produzia aquelas discussões sem fundamento prático que nos esgotavam. Entrava no nosso sintoma. Outras vezes, me incomodava com aquela energia e pensava que tínhamos que movimentá-la, acionava em mim outras forças, pensando no nosso próprio cuidado, no cuidado com os outros, e sentia necessidade de mais amorosidade e menos julgamento nas nossas ações cotidianas; o que às vezes ressoava como ingenuidade. Assim, me sentia confusa com as minhas próprias forças.

Sinto, ao revisitar esses momentos com a oferta do pensamento de Nietzsche, a sensação de que, em nome do amanhã, perdíamos o agora, o acontecimento, a experiência do encontro com o outro em si e o que ela poderia ter de alegre e transformadora. Assim penso sobre aquelas primeiras e traumáticas experiências de encontro com outros trabalhadores, que relatei no início; que talvez houvesse ali composições possíveis que não tivemos abertura para descobrir. Que mútuas desterritorializações poderiam até ter acontecido nos nossos encontros; e vejo nas causas do que, na época, só sentia os efeitos, os imperativos ideais do meu agir militante.

Em seu estudo, Cruz busca o significado do militar. O militar como verbo, no sentido do militante, daquele que milita, que está em atividade, em exercício, o militar enquanto ação; e o militar como substantivo, aquele que pertence às forças armadas, como membro da corporação: o militar como posição. Militares e militantes quando em ação atuam como combatentes, como guerreiros, como soldados, como tropa; lutam contra algo ou alguém, atuam num campo de forças em disputa com o objetivo de controle do campo e dos outros (CRUZ, 2016). A autora se choca com a semelhança desses significados.

No campo da saúde mental, os trabalhadores, em seu agir militante, estão muitas vezes sem tempo ou energia para criar, vivem de apagar incêndio, exaustos, escravos das forças de dominação, ainda que tentando lutar contra elas. Reagem contra o manicômio, resistem ao fascismo, às vezes com as forças reduzidas, como quem precisa estar o tempo todo em alerta, em defesa de algo permanentemente atacado por forças externas: assim sinto parte do que vivi e vi acontecer. Há um estrangulamento da existência, em nome da resistência, das ações ativas pelas reativas. E como poderia ser diferente no olho do furacão?

Não temos tempo, o usuário está na sala de espera aguardando. A família está aí e quer uma resposta. A gestão precisa do relatório. Não tem vaga no albergue, precisamos falar com a assistência social que não aceita esse usuário. O colega não veio; está doente, ou não avisou que não viria: não tem comprometimento. Falta equipe, não foram contratados novos profissionais para substituir os que foram demitidos ou que se demitiram. Todos querem que o usuário vá para uma Comunidade Terapêutica, ele está ameaçado de morte, não tem para onde ir. Não sabemos como agir, não temos rede suficiente, só temos o hospital e as Comunidades Terapêuticas: a ruim e velha indústria da loucura. Precisamos

discutir os casos graves, mas outros casos graves estão aí. Não temos tempo! O tempo do encontro, da conversa, das ideias, da criação. O tempo para a criação de possibilidades, em conjunto.

Adicionam-se as dificuldades que são próprias desse campo, os maus encontros que produzimos diante desse contexto de desencontro, de não presença. Nos culpamos porque não conseguimos. Culpamos a gestão que não nos dá condições para trabalhar como poderíamos. Culpamos a rede que não acolhe como nós acolhemos. Culpamos uns aos outros. E assim nos afastamos ainda mais da ação. Se ampliam as forças reativas, que tentam conservar suas verdades e que nada produzem de comum: onde perdemos mais força e energia para o manicômio. Como, nas nossas práticas e lutas sociais, diferenciar a ação ativa daquilo que é apenas força reativa diante da dominação?

Diante das certezas antimanicomiais dos agires militantes, do afã de mudar o mundo para que se possa viver, não vivemos o momento em que estamos, o encontro que temos, o outro mundo possível aqui e agora. Não paramos, não recuamos ou desaceleramos, vamos à luta, mas não somos incansáveis que tudo suportam. Nós cansamos. O que talvez possamos melhor observar é que nós, no meio dessa confusão, também produzimos aquilo que nos incomoda.

Diante dessa corrida maluca, ao nos depararmos com as dúvidas do que é possível ou não, vale como ética a proposta de Espinosa: o que meu corpo pode?

Em “A hermenêutica do sujeito” Foucault (2014) refere que estamos sempre ocupados com tantas coisas e não nos ocupamos com nós mesmos, o que me remete mais uma vez às minhas experiências no campo da saúde mental, em que o cuidado do outro era tão fundamental, tão urgente, tão absoluto, que o próprio cuidado dos trabalhadores, muitas vezes, ficava para depois. Lembro das incontáveis vezes que iniciei outras práticas de cuidado que entendia serem importantes para mim e para meu corpo e que não dei continuidade porque o trabalho era prioridade; assim era para muitos de nós.

Os imperativos ideais não produziam efeitos somente na produção dos maus encontros entre os trabalhadores, que em seus agires militantes reproduziam práticas manicomiais em nome do antimanicomial. Produziam efeitos, também, no ritmo do cotidiano do nosso trabalho, na dificuldade de descanso e de pausa quando se voltava para casa, um sempre à espreita que se imprimia em nossos corpos, ao enfrentar o furacão antimanicomial. Por isso, era preciso mais do que produzir bons

encontros com o outro, era importante e necessário produzir cuidado de si, medindo o que para o corpo é potência.

Cruz inventa um dispositivo para poder ter essa medida: uma bússola visceral (2016), o que tenho tentado utilizar ao perceber que alguns lugares acionam em mim modos de agir que eu não quero, que não me potencializavam; como quando abri mão de me considerar militante, até que percebi que existiam outros modos de ser uma; como quando passei a selecionar, sempre que possível, as frentes de trabalho em que eu me envolveria porque me permitiriam estar com os outros de um modo produtivo, de bons encontros.

Foucault (2014) também aponta para uma negligência com o presente, em que a preocupação é o porvir. É mudar o mundo. É construir outro mundo porque queremos viver e nesse não é possível. Mas que mundo produzimos a cada encontro que nos acontece? O encontro acontece? Que qualidade tem esse encontro? Aumenta ou reduz nossa potência de agir? Que mundo produzimos em nós no momento em que vivemos?

É evidente que são tempos difíceis, que aumentam as atitudes segregativas mais diversas. O desemprego e a perda de direitos, por exemplo, aumentam imediatamente a miséria, a violência e a morte e os principais atingidos são as mulheres, os negros, os imigrantes, os loucos, os presos, os índios: os que instalam as diferenças mais efetivas nos modos de ser e de viver, o que inclui os usuários dos serviços de saúde mental, as comunidades em que trabalhamos. De todos os prejuízos, diz Felix Guattari, a degradação cada vez maior das relações humanas, como a intolerância com a diferença, são os efeitos mais devastadores (GUATTARI, 1990).

No olho do furacão, em que tudo acontece ao mesmo tempo e pede respostas que não temos, nos deparamos com esse risco, com esse efeito nas relações: dos usuários em suas redes; nossas em nossas redes; de todos nós no mundo da vida.

Guattari diz que o capitalismo sabe onde é o ponto em que as coisas se movimentam: na produção de modos de ser e de viver, na produção do desejo, sobretudo, e afirma que o capitalismo se incorporou no inconsciente e não é possível enfrentá-lo do seu exterior através de sindicatos ou agremiações partidárias. É preciso encarar seus efeitos de domínio mental, no seio da vida

cotidiana individual, coletiva, doméstica, conjugal, de vizinhança, de criação e de ética pessoal (GUATTARI, 1990).

As relações que viemos falando, neste caso, são as que se dão entre os trabalhadores da saúde mental, mas poderíamos ampliá-las para as relações na vida de modo geral; são produções do social e sustentação desse sistema desagregador. A aparente impossibilidade de ver e atuar sobre os nossos problemas faz com que esperemos do fora, seja da ciência ou do Estado, as soluções. Quanto mais difícil o viver, mais aumenta a urgência que faz com que a humanidade deseje um novo líder que dê conta de tornar a vida possível (GUATTARI, 1990) – o ideal encarnado, o grande prescritor, os coronéis da vida.

Para Guattari, mudar essa realidade não está somente nas forças visíveis de grande escala: ao contrário, depende muito mais do que acontece nos domínios moleculares da sensibilidade, da inteligência, do desejo. Por isso é preciso modificar nossos modos de agir enquanto militantes, pois não bastam as palavras de ordem estereotipadas, diz ele; é preciso ter como objetivo maior os modos de produção da subjetividade, constituir outros sistemas de valor em nós (GUATTARI, 1990).

Os nossos agires militantes, quando constituídos pelos imperativos ideais, podem nos levar a reproduzir microfascismos em nossas práticas e lutas, mesmo sem percebermos. Para Foucault (1993), o fascismo está em todos nós, nos nossos espíritos e nas nossas práticas cotidianas e, quando se acredita ser um militante revolucionário, há uma demanda de cuidado redobrado para livrar nosso discurso, nossas ações e nossos corações de se tornarem fascistas. Para não nos encantarmos pelo poder, para não reproduzirmos as mesmas relações que criticamos, para não centrarmos a luta na conservação das verdades das nossas práticas políticas, do nosso modo de pensar, restringindo-as aos seus velhos modos, sem se abrir para conhecer diferentes formas e intensificar o pensamento (FOUCAULT, 1993).

Para Foucault, a ação política pode ser fascista quando constituída da paranoia que se verifica no cotidiano dos ambientes mais diversos, de trabalho ou de luta social, em que se quer produzir uma unidade ou um todo e assim se reproduzem ações de controle, de acusação, que reduzem as possibilidades do fazer coletivo na medida que não permite relações de confiança. Ou quando se acredita que é possível fazer uma ação crescer, não por contágio, não por desejo, mas por hierarquias. Quando se acredita que normas e diretrizes irão garantir a

ação, ou o discurso mais convincente, ao invés do acolhimento e da compreensão, da ação conjunta, em que as caixas de ferramentas de cada um possam se multiplicar, em que o trabalho possa vir a produzir novos sentidos (FOUCAULT, 1993).

Também se reproduz o fascismo, ainda para Foucault, quando não é o positivo e o múltiplo (a diferença e o nomadismo) mas o negativo (a lei e a falta) que nos pauta (FOUCAULT, 1993). São precários os ambientes em que trabalhamos, nos faltam muitas coisas neles, e não se trata de nos resignarmos diante disso. Mas diante de tantas ausências, pode ser útil se perguntar: o que depende de nós ou não? O que temos afinal? O que se pode e o que se deseja fazer? Gastamos muita energia com o que não temos, com o que não podemos; na expectativa, deixando de inventar ou acolher modos diversos, e os possíveis que possamos criar. Exaustos e sem energia - já não são as condições do trabalho que se tornam precárias, mas as condições de nossas existências e relações.

Guatarri (1990) diz que, se não tentarmos virar esse jogo naquilo que temos em mãos, nossas sociabilidades, construindo espaço para a diferença nas nossas vidas, valorando a produção de singularidades, a alegria, o acolhimento, a arte, priorizando bons encontros, reproduziremos em nossas micropolíticas as mesmas violências do Estado.

Uma imensa reconstrução das engrenagens sociais é necessária para fazer face aos destroços do Capitalismo Mundial Integrado. Só que essa reconstrução passa menos pelas reformas de cúpula, leis, decretos, programas burocráticos do que pela promoção de práticas inovadoras, pela disseminação de experiências alternativas, centradas no respeito à singularidade e no trabalho permanente de produção de subjetividade, que vai adquirindo autonomia e ao mesmo tempo se articulando ao resto da sociedade (GUATTARI, p 44, 1990)

### 3.1 Para além dos imperativos

A experiência que tive junto a equipe de educação em redução de danos foi uma marca em mim, de quando percebi os imperativos de mundo ideal que constituíam como força o meu agir militante; e que no agenciamento de maus encontros, eu poderia reproduzir os mesmos modos de relação que eu criticava. Desterritorializar meu agir militante desses imperativos foi necessário para a produção de possíveis, com pessoas reais; para em zona de fronteira produzir algum comum com a diferença no cotidiano do cuidado; fabricar outros modos de

agir na micropolítica do encontro, tendo em vista que, o cuidado não se sustenta na tentativa de convencimento do outro - pelo discurso; mas na experiência em si, na qual, como refere Foucault sobre o exercício da parresia, em vez de impressionar, se lançam sementes que possam ou não germinar, que possam ser úteis (FOUCAULT, 2014).

Essa desterritorialização só foi possível pelos bons encontros que tive, pela possibilidade de, naquela equipe, colocar em análise os meus agires, num exercício de experimentação e de comum; num ambiente de trabalho em que era possível falar dos próprios erros; do que se sente nos bons e maus encontros produzidos: porque os processos de subjetivação e singularização dos trabalhadores interessam ao trabalho em saúde. Por conta dessa experiência, somou-se ao meu interesse, que já vinha sendo a dimensão subjetiva do trabalho em saúde, a perspectiva dos encontros, enquanto modo de ser afetado, transformado: o agenciamento de bons encontros era necessário para a produção do cuidado em saúde mental.

Um tempo depois, quando passei a compor a equipe de gestão estadual de saúde mental, tínhamos como desafio constituir modos de fazer a gestão que superassem os modos hierarquizados e centralizados que as CRS e os municípios diziam existir até então. Mas também tínhamos o desafio de incidir na lógica do cuidado, centrado na internação como principal ou única alternativa. Nós desejávamos ampliar a rede de saúde mental, qualificar o cuidado no território e tínhamos nossas ideias de como isso deveria ser feito: nosso princípio era o cuidado em liberdade, e isso era inegociável.

Por isso, mais uma vez eu me sentia diante do desafio de encontrar modos não prescritivos de agir no trabalho, que, como a essas alturas eu já sabia, não resultariam em efetivas mudanças nas práticas, não produziriam bons encontros. O que precisávamos fazer era, justamente, produzir bons encontros, para que o encontro do cuidado também pudesse ser bom. Bom, no sentido de mais potente, mais alegre.

Por isso, ir ao encontro dos trabalhadores nas suas regiões e municípios era um exercício de escutar e pensar junto, não mais para prescrever um jeito certo ou único de fazer o cuidado. Nossa intenção era abrir conversas, que partissem da realidade vivida, das práticas que ali já se operavam, e levar nossas experiências para se somar às deles; e isso se mostrava metodologia de trabalho necessária quando trabalhadores nos diziam que para nós era fácil falar, nós éramos da gestão,

não estávamos ali no dia-a-dia.

Sem uma relação de aposta no encontro, de bom encontro, nossas práticas não alcançariam a efetividade que gostaríamos na micropolítica do cuidado, no encontro entre trabalhadores e usuários. Mas não bastava compreender que não mudaríamos o cuidado, se os trabalhadores não mudassem, porque isso poderia nos levar ainda à instrumentalização da relação, do outro como um recurso, como um meio, no qual a singularidade do trabalhador não nos interessa, cujo o foco das ações continua sendo o usuário.

Nesse sentido, as ideias da redução de danos e do apoio institucional foram fundamentais para nossa equipe, pois funcionavam em nós ofertando uma ética de relação com o outro a partir dos princípios de vínculo, de acolhimento e de coresponsabilidade. Assim, discutíamos que, no nosso trabalho de assessoria e apoio aos municípios e coordenadorias, era preciso tomar os trabalhadores como os usuários das nossas ações, e não como meio para o cuidado do usuário. Que esses princípios éticos que acreditávamos ser importantes nas práticas de cuidado, também eram importantes nas nossas ações desde a gestão estadual. Era uma mudança de lugar onde situávamos os outros e a nós mesmos em relação a eles.

Em muitos momentos, não conseguimos fazer isso, nos deparávamos com situações que nos tocavam profundamente, como situações de privação de liberdade e de maus tratos, de hipermedicalização, rotinas e regras disciplinares, relações estabelecidas entre trabalhadores e usuários de modo estigmatizante e violento. Ao nos deparamos com a pulverização do manicômio por diferentes serviços, municípios e regiões do Estado, por mais que compreendêssemos aquela realidade do ponto de vista da fragilidade da formação, da ausência de apoio, do isolamento dos trabalhadores no interior do Estado, ainda assim, nossa reação muitas vezes era prescritiva. Produzíamos um conjunto de orientações para readequação do serviço, para mudanças nos processos de trabalho da equipe que avaliávamos como necessária, sem conseguir superar essa relação prescritiva. Esses não eram bons encontros dos quais saíamos potencializadas.

Penso que o que produziu práticas realmente interessantes e sustentáveis naquilo que fizemos estava na produção que se diferenciava disso, nos bons encontros, naquilo que era operação subjetiva em cada uma de nós. No primeiro ano de trabalho de nossa equipe no governo estadual passamos a fazer vitorias nas Comunidades Terapêuticas (CT) que haviam passado a receber recurso

financeiro estadual no governo anterior. Em cada uma delas encontramos irregularidades e violações. Essas vistorias eram realizadas juntamente com as equipes de vigilância sanitária e saúde mental dos Municípios. As equipes de vigilância já eram responsáveis pela avaliação e emissão de alvará de funcionamento desses locais.

O que vimos, ao iniciar esse trabalho, era que a atuação das equipes dos municípios se delimitava a verificar aspectos estruturais desses locais, enquanto a nossa equipe avaliava o modo de funcionamento e as possíveis violações de direitos, que encontrávamos frequentemente nestas instituições, através da conversa com os usuários, com as equipes, das atividades, dos registros, da estrutura. Em uma dessas regiões encontramos uma situação muito grave, em uma clínica psiquiátrica com fachada de CT (o que foi se mostrando bem comum ao longo do tempo), na qual muitas violências aconteciam (SES/RS, 2013).

O objetivo aqui não é relatar o que acontecia neste local, mas o que aconteceu na rede viva construída com as trabalhadoras do município e da região, quando dos nossos encontros. As equipes de vigilância e de saúde mental do Município, passaram a se mobilizar com o que viram na primeira vez que fomos juntas e que elas refletiam que não era percebido na forma com que trabalhavam até então. A partir daí elas iam frequentemente ao local e não mais verificavam somente a estrutura: elas ouviam os relatos dos residentes, recolhiam documentos que pudessem ser comprobatórios das violências verificadas. Isso acontecia através de intensa afetividade diante do que elas estavam descobrindo que existia naquela região, e que antes acreditavam ser um lugar de cuidado. Durante três anos realizamos as vistorias e emitimos relatórios ao MP, até quando a Justiça, finalmente, emitiu ordem de fechamento desta e das duas outras filiais que atuavam no Município.

Em meio à afetabilidade da experiência de presenciar a crueldade, o medo, as ameaças, e o desejo de que aquela situação tivesse fim, penso que aquele fazer se tornou trabalho vivo em ato (MERHY, 2013b). Assim como, o fazer de duas das trabalhadoras da CRS que atuavam conosco nessa experiência. Elas recém haviam assumido seus cargos num contrato emergencial do Estado, quando as vistorias começaram a ser realizadas na região. Uma delas, pedagoga, assumiria a coordenação de saúde mental, o que seria uma experiência completamente nova em sua vida, a outra, era advogada, e estava estudando para o concurso da polícia:

não sabia ainda ao certo que função iria assumir na CRS. Ambas buscavam vida em seus trabalhos que ali se iniciavam com a perspectiva de trabalho morto (MERHY, 2013b) e, nesta busca, a conexão se deu com o trabalho na saúde mental. O que vi durante os anos em que trabalhamos juntas, eram corpos em vibração e luta pelos direitos humanos, afetados constantemente por cada coisa que descobriam e que agia na fabricação de suas novas caixas de ferramentas e sentintes<sup>6</sup> (CRUZ, 2016).

Quando penso nas nossas práticas desde a gestão estadual, acredito que as ações mais combativas eram importantes em alguns momentos, como no enfrentamento dessa situação de produção de morte e violência. Ou quando era preciso brigar para garantir o acesso ao cuidado, ou mesmo utilizar o poder do lugar que ocupávamos para impedir violações. Eram ações de garantia de direitos dos usuários e ainda não vejo como poderiam acontecer sem enfrentamento. Mas não necessariamente eram ações potentes do ponto de vista da transformação dos modos de agir das práticas em saúde, que precisam de maior processualidade, para que possa efetivamente resultar em uma operação subjetiva, uma reterritorialização.

O sustentável do que fizemos durante os quatro anos de governo foi o que produziu novos territórios de existência para os trabalhadores envolvidos. O que aconteceu na dimensão dos encontros em sua micropolítica é o que se sustenta até hoje do que fizemos, naquela época. Do que acompanho dessas reverberações, a partir de conversas com os trabalhadores que ainda estão na RAPS, há trabalhadores dos municípios e trabalhadores-gestores das CRS que se mantêm implicados em ações iniciadas conosco. Como, por exemplo, o trabalho conjunto entre saúde mental e MP em um dos municípios do Estado, que atualizava a indústria da loucura em casas asilares clandestinas com toda a sorte de maus tratos, envolvendo mais de 600 pessoas oriundas de vários outros municípios (SES/RS, 2015).

Durante o período em que trabalhei na gestão estadual da saúde mental, escutei muitos trabalhadores de diferentes municípios e regiões falarem do furacão que viviam em seus cotidianos, do cansaço, da tristeza. Também senti tristeza e cansaço pela intensidade do vivido no desafio de enfrentar o manicômio concreto<sup>7</sup> e

---

<sup>6</sup> A caixa de sentintes é uma expressão utilizada por Kathleen Cruz para designar a tecnologia de reinvenção de si que ela cria, ao longo de sua investigação cartográfica para percorrer suas afecções, o que ela constrói a partir da leitura de Deleuze sobre Espinosa (CRUZ, 2016).

<sup>7</sup> Como manicômio concreto, me refiro às Comunidades Terapêuticas, as casas asilares, e até mesmo há alguns hospitais gerais: instituições nas quais nos deparamos com violações de direitos, e

o manicômio-metáfora e não reproduzir o manicômio mental diante disso; pela insuficiência das práticas prescritivas que ainda reproduzia e as dificuldades de construir outros agires quando a diferença nos toca e provoca justamente naquilo que consideramos mais valioso.

Por outro lado, a partir de outros encontros, também vivemos a invenção de outros cotidianos. Hoje, revisitando certas experiências, as memórias, as sensações das coisas vividas naquele período, percebo que haviam situações que eram tão difíceis, que aparentemente não geravam alegria, mas que se forem vistas da perspectiva do encontro que se constituiu entre os trabalhadores, eram as coisas mais alegres que vivemos, pois eram bons encontros que aumentavam a potência dos nossos agires, que construía rede viva capaz de desdobrar em mais vida onde não podemos dimensionar.

Assim como, nos CAPS, se me preocupei ao ver tantos trabalhadores habilidosos deixarem o serviço a partir do esgotamento que viveram, também me afetou positivamente os tantos que continuaram e continuam, e compartilham as alegrias de trabalhar nesse campo, ainda que com todas as dificuldades que ele enfrenta.

Multiplicar bons encontros parece ser uma boa coisa, o que não fará com que os maus encontros deixem de existir, mas tendo suficientemente bons encontros que nos acontecem e nos fortalecem, as tristezas dos maus encontros não poderão comprometer nossa potência. O posicionamento antiniilista é chave para fazer do sofrimento positividade na construção de novos modos de viver para além do negativo ou ressentido.

Algo que foi possível para fazer sossegar em mim os imperativos ideais, no cotidiano do trabalho, foi olhar para os encontros enquanto eles aconteciam, a medida que fui percebendo que eles eram em si, força para que as energias entre nós nos fizessem mais potentes. Que em cada reunião de equipe, em cada discussão de caso ou atendimento conjunto, não fosse somente a resolução do caso do usuário nossa preocupação, mas que aquele encontro, aquela experimentação

---

que entendo serem os serviços substitutivos, de fato, dos antigos hospitais psiquiátricos na atualidade. No meu entender, trata-se do holocausto dos nossos tempos, tomando de empréstimo a expressão de Daniela Arbex (2014) no livro *O holocausto brasileiro*. Já o manicômio-metáfora, termo citado anteriormente e retomado agora, utilizo para definir a limitação das possibilidades de existência produzidas pelas mais diversas instituições que regulam a produção massificada da subjetividade e o impedimento dos processos de singularização. Neste sentido, o manicômio-metáfora pode ser substituto do manicômio concreto ou ambos podem coexistir como meios distintos para um mesmo fim, a anulação da vida e da diferença dos modos de existência.

conjunta, pudesse fazer fluir nossas ideias, nossas habilidades, que pudesse ser um bom encontro. Novas experimentações em nós mesmas.

Que nossos modos de comunicar fossem mais hábeis, incluindo a necessidade subjetiva de cada um de nós de ser vistos como potência, como abertura, como alguém em transformação, e não mais como uma identidade fechada, seja ela manicomial ou antimanicomial. Que falar do que não dá certo, fosse tomado como o próprio exercício do trabalho em equipe, ao lidar com as situações difíceis que fazem parte do campo da saúde mental e que nos desafiam o tempo todo a pensar o impensável, e não tomado como um erro cometido por um ou por outro porque não tem implicação, porque não tem compromisso ou porque não sabe fazer.

De certo modo, vejo que o exercício que fazíamos nas equipes de CAPS em que trabalhei, e que veremos logo adiante, era transformar os problemas no que eles realmente eram: problemas, mas agora como dispositivos; e abraçá-los como parte do trabalho. Posteriormente, ao encontrar-me com as ideias do pensamento trágico em Nietzsche, passei a considerar que elas podem aprimorar esse ponto de vista e essas experimentações: não há um aperfeiçoamento da humanidade no sentido de sua plena realização; as forças reativas sempre existirão, o que não quer dizer que nada vale a pena (NIETZSCHE, 2013). O trágico é uma postura ética-estética diante da vida, um modo de abraçá-la integralmente em sua multiplicidade de ofertas de encontros, bons ou maus, alegres ou tristes. A vida vista da perspectiva de uma aventura (MOEBUS, 2016) não niilista.

Outro dia, conversando com uma amiga e colega da época em que trabalhei na gestão estadual de saúde mental, eu dizia a ela da dificuldade que tenho de lembrar das situações, das cenas do trabalho. Do quanto em mim as coisas são sensações e reflexões, muito mais do que imagens. Então, ela me lembrou de uma imagem muito significativa para nossa experiência. Uma fotografia tirada no caminhão de bombeiros entre a equipe estadual e as coordenadoras regionais de saúde mental do Estado, no último encontro do nosso colegiado de gestão, realizado na sede do Corpo de Bombeiros de um município, semanas antes do governo terminar.

Não foi só uma fotografia, mas uma imagem na qual nós nos reconhecemos e rimos. Ríamos de nos vermos numa situação de apagar incêndio nas nossas práticas, assumindo que aquele cotidiano era louco, que ele às vezes nos levava

aos nossos limites, mas que, ao mesmo tempo, nos dava potência. Tínhamos ali um coletivo que se alegrava em estar junto, que a cada encontro nos dava força no trabalho, na luta, na vida. Mesmo que fosse cansativo. Parcialmente, conseguíamos ver nossa condição, e o caminhão para mim era um analisador do nosso esgotamento, mas rir juntas naquele momento era como se estivéssemos assumindo que não tinha sido a melhor das condições, que havia precariedade naquele modo de agir e, que também tinha potência. O que acontecia ali era um grande e bom encontro e nos abraçarmos naquele dia foi abraçar a integralidade do nosso fazer.

A ideia de trágico, como maneira de pensar que vê o negativo, mas afirma a vida no presente tal como ela é, expulsando o negativo ao afirmar a vontade incondicional da vida teve sentido naquela imagem; e nada disso tem a ver com resignar-se diante da vida. Ao contrário, em mim, sinto que é algo que me ajudou a inventar outros modos, outros ritmos para o viver. Ao afirmar a vida, diante do eterno retorno, desejá-la infinitas vezes, vivendo-a e afirmando-a por toda a eternidade faz pensar em que vida é essa que se quer levar. Eleva a potência da vida ao máximo, numa ideia de intensidade que nos faz estar presente no momento presente, ali onde muitas vezes não estamos (DELEUZE, 2016).

E se um dia, ou uma noite, um demônio te seguisse em tua suprema solidão e te dissesse: “Esta vida, tal como a vives atualmente, tal como a viveste, vai ser necessário que a revivas mais uma vez e inúmeras vezes; e não haverá nela nada de novo, pelo contrário! A menor dor e o menor prazer, o menor pensamento e o menor suspiro, o que há de infinitamente grande e de infinitamente pequeno em tua vida retornará e tudo retornará na mesma ordem – essa aranha também e esse luar entre as árvores e esse instante e eu mesmo! A eterna ampulheta da vida será invertida sem cessar – e tu com ela, poeira das poeiras!” – Não te jogarias no chão rangendo os dentes e amaldiçoando esse demônio que assim falasse?

Ou talvez já viveste um instante bastante prodigioso para lhe responder: “tu és um deus e nunca ouvi coisa tão divina!” Se este pensamento te dominasse, tal como és, te transformaria talvez, mas talvez te aniquilaria; a pergunta “queres isso ainda uma vez e um número incontável de vezes?”, esta pergunta pesaria sobre todas as tuas ações com o peso mais pesado! E então, como te seria necessário amar a vida e amar a ti mesmo para não desejar mais outra coisa que essa suprema e eterna afirmação, esse eterno e supremo selo! (NIETZSCHE, 2013, P338)

Nessa ficção, ao dizer sim à vida diante do eterno retorno, podemos nos alegrar, e a alegria é a finalidade do pensamento de Nietzsche, como forma de resistência ao sofrimento. A alegria é caminho, é potência positiva da vida. É ser ativo, ou seja, potência capaz de se transformar (DELEUZE, 2016).

Se lutar por outro mundo (im)possível nos faz produzir uma arena de maus encontros, sofrer de imperativos ideais e entristecer, o olhar trágico de Nietzsche nos propõe a positividade diante do real da vida, do acontecimento. Em vez do ideal imaginado, o possível, o instante vivido; e é pela felicidade que se deve começar: pela alegria de viver de modo incondicional com a realidade (DELEUZE, 2016).

O eterno retorno é um pensamento para que afirmemos a vida no momento exato em que se está e isso talvez nos faça pensar que são necessárias algumas mudanças, seja no modo de olhar ou de viver a nossa vida, funcionando como um devir ativo. O eterno retorno é pensado como produto de uma seleção, quando a vontade se pergunta se o que ela quer, quer de tal modo que queira também por infinitas vezes (DELEUZE, 2016). Assim, o eterno retorno produz o devir ativo de uma outra sensibilidade, de uma outra intensidade no viver.

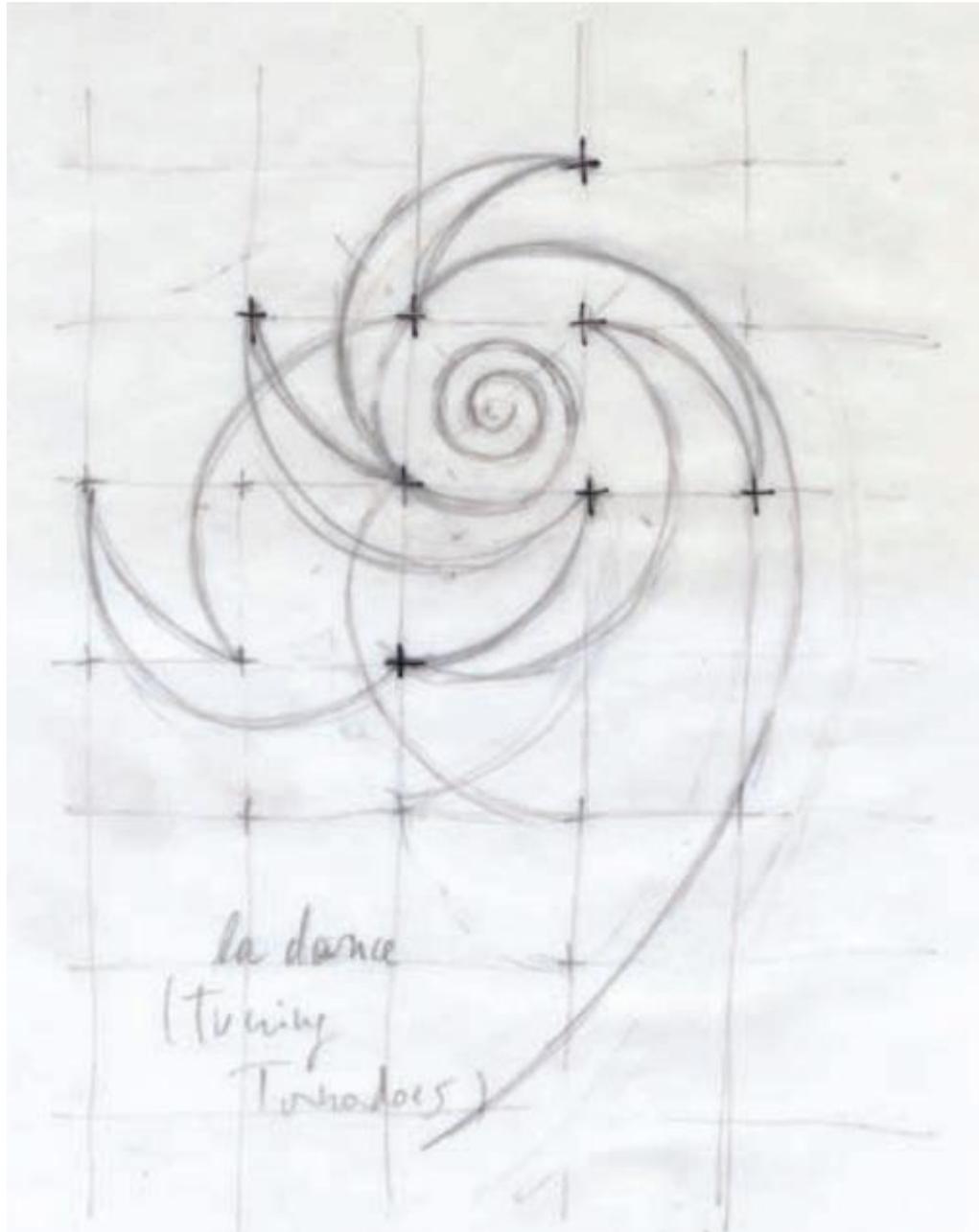
## 4. COMPOSIÇÃO POR UMA ÉTICA ANTIMANICOMIAL

### 4.1 O olho do furacão visto de outra perspectiva

No exercício de pensar os modos de viver e trabalhar no olho do furacão dos nossos cotidianos, como alguém que buscava tomar fôlego para pensar sobre o vivido nos seus encontros pela vida e não ser aleatoriamente arremessada pelos fortes ventos que insistem em nos manipular e confundir, fui convidada a reparar o olho do furacão da vista de um outro ponto. “*Veja bem, o olho do furacão é um lugar tranquilo*”, disseram-me. Então, percebi que eu não tinha dado a devida atenção para o olho, o centro, do furacão como lugar de diferença. O nosso desafio, seria então, justamente se sustentar no olho do furacão para não sermos atingidos por ele? O que acontece no olho do furacão? Pode haver um lugar mais tranquilo - ou um modo de sustentação de si - em meio aos desafios do campo da saúde mental? Como alcançá-lo?

Os furacões são casos de ordem emergindo do caos, e seus efeitos podem ser vistos como destrutivos ou criativos, dependendo do ponto de vista (ALYS, 2010). É neste sentido que, neste capítulo, pretendo fazer o exercício de outras vistas do que aqui conversamos, para elucidar o que é refúgio no próprio furacão; compreender o que - e não quem - no meio do inferno, não é inferno. Como acontecem as experiências vividas, quando vistas da perspectiva de um outro mundo em devir? Ou, como funcionam os encontros, produtores de paixões alegres, de ações ativas, de agires antimanicomiais? Como, no meio do caos, reinventar-se estrela dançarina?

Figura 01 - La dance



Fonte: ALYS, Francis (2010)

No cotidiano dos CAPS, era preciso reinventar o encontro entre nós, trabalhadores, pois a paranoia, a falta de confiança e o excesso de certezas não permitiam um bom encontro. Nas equipes, era comum ver a fala circular entre os mesmos profissionais, enquanto outros não se manifestavam; como se suas ideias, suas experiências, não pudessem contribuir na criação de alternativas de cuidado quando coletivas. De fato, no ato de suas práticas de cuidado cada um governava seus processos de trabalho.

Era interessante e desejável, publicizar, coletivizar esses fazeres, como sugere Merhy (2013b), para colocá-los em análise, para que a experiência de um multiplicasse os modos de fazer do outro, para a produção de algum comum, porque sem isso, instalava-se um furacão sem trégua.

A circulação da palavra nos encontros dos trabalhadores era um dos mecanismos necessários, assim como, uma certa mudança de tom, que tornassem os espaços de encontro mais convidativos para que cada um pudesse expressar seus pensamentos e ações. Precisávamos de paradeiro, pensar sobre os nossos modos de agir juntos, e para isso era necessário mudar a energia do encontro.

Começamos a estabelecer pequenas pausas, mesmo que não tivéssemos, era preciso criar tempo para isso; e assim, diante da dúvida de qual encaminhamento dar para um determinado caso, ou percebendo que a atitude prestes a ser tomada era, por exemplo, mais uma internação pouco fundamentada, passamos a estabelecer essas pausas: *precisamos conversar!*, Dizíamos, no meio do furacão.

Diante da dúvida sobre o que fazer com as situações mais difíceis que nos chegavam no CAPS, era necessário suportar e sustentar a própria dúvida. Dar espaço para esse não saber, questionar nossas respostas automáticas diante do que não tinha uma resposta tão simples. O tempo desse trabalho não nos permitia muitas vezes fazer isso, que seria o mais interessante diante de qualquer situação. Mas ao menos diante dos casos mais difíceis fazíamos esse exercício: reunir a equipe – se não todos, quem pudesse – e sustentar até mesmo o silêncio e a ansiedade de fazer algo, para deixar surgir qualquer tipo de ideia, pensar sobre cada uma delas, até que alguma decisão fosse tomada que rumasse para aquilo que acreditávamos: o cuidado em liberdade.

Foi assim, colocando em meio à nossa pressa, um ponto de interrogação e de paragem, que inventamos outros caminhos e reduzimos as internações hospitalares encaminhadas pelo CAPS, que, antes disso, fazia em torno de seis internações mensais no Hospital Universitário do Município, e passou a fazer uma ou nenhuma a cada mês que se seguiu – esse era um dado que acompanhávamos através do registro em um quadro na sala da equipe.

Alys (2010), ao descrever sua percepção singular dos furacões, diz que eles lembram um grande ponto de interrogação. O que eu sentia, quando nos reuníamos

nesses momentos, era que entre nós, sustentávamos um desses gigantes, e que ele, de alguma forma, estabelecia uma ordem naquele cotidiano. Aquele passou a ser um momento de produção de comum entre nós num cotidiano sempre muito agitado. Em meio a inquietude provocada pelo caso, o que acontecia ali era uma energia concentrada numa aposta comum, de que daquele jeito tínhamos mais chance de alguma alternativa, que senão fosse certa, seria menos errada, porque foi submetida a diferentes olhares. Quando lembro desses momentos, da equipe reunida em sua pequena sala no meio de uma tarde de um CAPSfuracão, sinto em mim que aquela era uma energia de potência ativa.

Diferente do que acontecia antes, não era mais uma saída individualizada num contexto de desconfiança; era uma alternativa concebida por várias singularidades, e finalmente, coletiva. Eu sentia que aquilo era uma mudança grande entre aqueles trabalhadores, que o encontro deles/nosso não era mais um peso que se queria evitar porque daria mais trabalho ou geraria incômodo, mas era algo que somava as potências, que melhorava suas/nossas práticas. O que não acontecia porque alcançamos a paz ou porque se eliminaram as diferenças entre nós, mas porque as diferenças eram investigadas do lugar de sua potência e não somente de sua negatividade; e essa era uma linha de fuga de um posicionamento niilista de antiprodução.

O furacão continuava, mas não éramos mais os mesmos. Agora, ocupávamos o olho do furacão, e nele, mais do que encontrar soluções melhores para o cuidado dos usuários, produzíamos modos de agir e trabalhar que faziam com que os trabalhadores que nunca expressavam suas opiniões se pusessem a pensar e a falar de modo mais horizontal com os outros; fossem protagonistas frente aos problemas e na busca de soluções para eles. Evitávamos que as saídas fossem sempre as mesmas e as mais fáceis, criávamos outros modos de cuidado em conjunto, diante das situações mais complicadas. Sobretudo, inventávamos um outro modo de encontro entre os trabalhadores, em que todos ali eram bem-vindos, em que a dúvida e o erro eram parte do que fazíamos. Em que as certezas não eram condição para a legitimidade das práticas.

Vejo ressonância do que fazíamos nessas experimentações com o que propôs Merhy: o antimanicomial como campo de experimentação. Para mim, aquelas pausas analíticas eram um aceite a sua proposta de usufruir das dúvidas e

das incertezas que habitam o nosso lugar – o olho do furacão – como positividade:

Proponho entrar nessa aposta de modo crítico, solidário, experimental, impedindo que os inimigos sejam os que façam o nosso questionamento. Façamo-lo entre nós, ampliando, desta forma, nossa capacidade de inventar muitas maneiras de ser antimanicomial. Partamos do princípio de que já sabemos fazer um monte de coisas e que, também, não sabemos outras tantas, ou mesmo, fazemos coisas que não dão certo; e, com isso, vamos apostar que é interessante e produtivo construir “escutas” do nosso fazer cotidiano para captar esses ruídos, neste lugar onde se aposta no novo, mas se está diante da permanente tensão entre o novo e o velho fazer psiquiátrico. (MERHY, 2013a, p. 217)

Para não ser arremessado de um lado para o outro na aceleração do furacão pode ser importante ocupar o olho do furacão com a nossa capacidade de autoanálise, de repensar nossas práticas, de nos colocar em dúvida, de experimentar coletivamente. Submeter a análise o conjunto de práticas produzidas por nós para mapear e inventar novos espaços para fora do circuito enlouquecedor que o furacão pode ser. Para que isso aconteça, é necessário que a dúvida seja um elemento possível, que seja acolhida e considerada em sua potencialidade pelos trabalhadores, além da produção coletiva que cria uma ambientação de solidariedade e confiança no outro.

Colocar-se em análise é, numa perspectiva sensível, instituir o corpo como modelo, escutando as afecções em seus efeitos e para além deles, suas causas, como Deleuze ao falar de Espinosa apontou várias vezes (Deleuze, 2002). Selecionando encontros, multiplicando aqueles que aumentam a potência de produzir coletivo, ali onde sem isso, podemos ser arrastados com a poeira.

Rotelli (2002) propunha colocar a doença entre parênteses para que pudéssemos ver o sujeito em sua subjetividade. Podemos propor, também, colocar o saber entre parênteses (MERHY, GOMES, SILVA, SANTOS, CRUZ, FRANCO, 2016), para que seja possível explicitar nossas incertezas e abrir espaço para a inventividade frente ao ineditismo dos acontecimentos. O que não significa abandonar nossos saberes, pois eles também podem ser úteis, mas abrir possibilidades que ainda não conhecemos diante do desconhecido do desejo e do pensamento do outro.

Merhy sugere tomar a dúvida como elemento positivo e a partir da experimentação compartilhada produzir um campo instigante de cooperação, reflexão, autoanálise e ressignificação das nossas práticas, já que nos propusemos a esse

desafio de produzir vidas desejantes e inclusividade social a partir de novos sentidos para a vida, ali onde antes só se realizava a exclusão e a interdição dos desejos (MERHY, 2013a). A partir da minha afetação diante daquilo que experimentávamos em uma dessas equipes de CAPS, penso que o que produzíamos ali, fabricava novos sentidos para nós, trabalhadores, em nossos agires.

Os CAPSad nos quais trabalhei e dos quais recolho essas experimentações localizavam-se em cidades da região metropolitana de Porto Alegre e atendiam usuários em situação de rua, em sua maioria. Eram serviços nos quais as equipes assumiam os princípios do SUS e da Reforma Psiquiátrica como importantes para si, assim como a Redução de Danos como ética do cuidado. Deste modo, atuavam na perspectiva de baixa exigência, sem regras rígidas que, muitas vezes, dificultam o acesso dos usuários.

Eram serviços que não se restringiam ao cuidado dos sintomas dos usos de drogas, e sim que buscavam produzir o cuidado a partir de um olhar voltado à integralidade, no qual se produziam Projetos Terapêuticos Singulares (PTS) que envolviam as diversas necessidades dos usuários e a construção de redes intersetoriais. No entanto, frente às dificuldades de acesso às diferentes políticas públicas, muitos usuários buscavam o CAPSad por necessidades de moradia e de alimentação, sem terem uma demanda de cuidado relacionada aos seus usos de drogas. Como o CAPS oferecia permanência noturna e alimentação para os casos indicados, como parte do acompanhamento ali realizado, muitos tensionavam o serviço para isso, recusando-se a buscar outros equipamentos da rede, os quais não reconheciam como possibilidade por conta das regras rígidas, da falta de vagas ou de conflitos existentes entre eles ou deles com esses serviços.

Por mais que reconhecêssemos a legitimidade das necessidades dos usuários, não era possível que o CAPS atendesse todas as demandas, o que gerava conflitos entre os usuários e o serviço e, às vezes, até mesmo reações violentas contra os trabalhadores da equipe. Assim se formava muito do furacão dos nossos dias. Não era uma situação fácil de lidar para nós trabalhadores, que não tínhamos uma resposta definida para isso e que, a partir da singularidade de cada situação, avaliávamos as possibilidades existentes. Os conflitos surgiam, principalmente, quando cada trabalhador agia de um modo, permitindo assim que alguns tivessem acesso a algumas das ações ofertadas pelo CAPS e outros não, o que fazia com que o serviço fosse posto em cheque pelos usuários.

Assumir nossas incertezas diante dos nossos não saberes foi crucial para nós. Fomos descobrindo que era uma boa alternativa interromper o atendimento realizado e buscar ajuda com o outro da equipe; colocar o caso em discussão com vários outros trabalhadores. Não era possível esperar a reunião de equipe semanal, nem ela era suficiente para todas as discussões que ficavam pendentes durante a semana.

Assim geravam-se os atendimentos conjuntos, as visitas ao território, as intervenções em rede, a reinvenção dos modos de trabalhar no CAPS. Fabricávamos práticas mais coesas entre nós, que mudavam o cotidiano do CAPS, no qual as reações dos usuários contra o serviço, às vezes, expressavam sintomas do próprio processo de trabalho e da dificuldade de comunicação e trabalho conjunto da equipe. Passamos a tomar decisões mais pensadas, em que cada um poderia contar do que conhecia, do que experimentava, do que supunha.

O lugar das certezas absolutas, das coisas dadas, não pertence a nós, que precisamos e desejamos fazer essa complexa tarefa de acolher e cuidar de modo diferente a diferença, sem a exclusão e a tutela construída ao longo dos séculos. O lugar das certezas, das respostas simples e reducionistas, no qual a dúvida é vista como negatividade, é o manicômio. A nós, cabe a vida, suas mais loucas manifestações e a invenção do cuidado em ato o mais livre possível. Cabe a nós as experimentações em liberdade, as dúvidas e as inseguranças, pois as certezas antimanicomiais, essas que definem quem é manicomial ou não, sem abertura para o encontro com o outro em sua diferença, sem perceber as diferentes forças que nos compõem, parecem estar contribuindo mais com o furacão do que para a ampliação das nossas forças, tendo em vista a tristeza que habita tantos lugares de cuidado e de luta.

Em um dos CAPS em que trabalhei, mudar a sala da equipe foi importante, mas a sala não era só uma sala: era um analisador. O desgaste do cotidiano nas relações era tão grande que os trabalhadores, por vezes, discutiam casos no corredor, na frente de outros usuários ou familiares, sem perceber que estavam rompendo com questões de sigilo, assim como a sala da equipe era um lugar de circulação do serviço. Enquanto isso, usuários se sentiam expostos e se impunham de forma violenta contra a equipe. Ou justificavam suas ações violentas queixando-se dos modos de agir dos trabalhadores, que seriam mais loucos que eles, por estarem falando mal um dos outros para eles.

Nessas situações, tinha a sensação de que não havia diferenciação entre usuários e equipe, ou mesmo entre o CAPS e a rua. Que diante do empenho de se produzir um serviço flexível e acolhedor, que superasse os jargões segundo os quais usuário de drogas não tem limites, acabávamos por não produzir diferenciação alguma nas nossas funções ali; para que houvesse realmente uma função terapêutica, para que, além da comida ou da permanência noturna, os usuários apostassem naquele como um lugar terapêutico para si.

Então, quando mudamos de sala, foi diante da necessidade de mudança no encontro dos trabalhadores, de encontrar um lugar, um refúgio no meio daquele furacão, para que pudéssemos conversar sobre o que fazíamos. Não importava exatamente qual era a estratégia ou ferramenta, mas como ela acontecia em cada um dos trabalhadores, que valor ela tinha; o quanto mobilizava de aposta na equipe de que aquilo contribuiria para melhoria do cotidiano. Experimentamos, assim, desde a mediação de conflitos, quando trabalhadores não se entendiam, até fechar o serviço e organizar os documentos, os prontuários, construir protocolos que dessem mais fluidez ao trabalho (e não o contrário) ou, simplesmente, porque não se achava as coisas e isso nos enlouquecia. Eram exercícios de pausa no meio do caos, onde passamos a nos ver não só como funcionamento caótico, mas também como potência.

Foi assim que se explicitou a heterogênesse de forças que nos habitavam; que o antimanicomial não era algo personificado em um trabalhador e ausente em outro, sendo este último o manicomial. Nos deparamos com a situação de que, diante da dúvida do que fazer em um determinado caso, às vezes a ideia mais interessante vinha do trabalhador que menos se imaginava. Que a mesma trabalhadora que não tinha tanta disponibilidade para ações no território poderia se mostrar com grande sensibilidade no cuidado junto às mulheres transsexuais no CAPS; assim como vimos que o trabalhador que ia até os territórios, que acompanhava casos difíceis, que negociava com traficantes se fosse necessário, demonstrava preconceito com as mulheres que frequentavam o CAPS.

Essa experiência demonstrou para mim que ninguém era totalmente isento de práticas manicomiais, dono da verdade antimanicomial, ou o contrário. Cada trabalhadora ou trabalhador tinha sua história, suas práticas, sua moralidade, e tudo isso formava sua caixa de ferramentas. Demonstrou, também, que as aparências às

vezes enganam e que era importante conhecer cada uma/um em sua singularidade. Que enquanto podemos apostar no novo, estamos num campo de tensão permanente em que velho e novo se confundem, como referiu Merhy (2013a). Por isso, a proposta de soltar o corpo de certas posições instituídas, para a escuta do outro e do que ele transforma em nós, na micropolítica dos encontros.

Não posso afirmar que as experiências que estou relatando foram plenas, capazes de resolver nossos problemas cotidianos, que os trabalhadores passaram a ser mais felizes e que os conflitos nos CAPS acabaram a partir delas. Não posso nem mesmo afirmar que elas foram verdadeiras, tendo em vista que elas partem das minhas lentes e bússolas, do que eu particularmente vi e senti diante do vivido nesses coletivos – do que eu vejo de potência ali, apesar das tantas dificuldades já relatadas. Entretanto, nossas experiências não precisam se tornar receitas ou paradigmas (MERHY, 2013a), mas pistas daquilo que tem ou não dado certo que podem contribuir em outras situações, na medida em que se mantêm abertas ao inédito, à retomada e à interrogação do que fazemos, tendo o usuário como referência de estarmos ou não agindo de modo inclusivo na desinterdição dos desejos, assim como também o nosso próprio corpo como trabalhadores precisa ser referência.

Guattari propõe esse desvio dos saberes construídos para uma abertura criativa, ao dizer que, assim como um pintor que não tem por ideal repetir indefinidamente a mesma obra, os profissionais psi, ou todos aqueles que estão numa posição de intervir nas instâncias psíquicas individuais ou coletivas, poderiam convergir com o mundo da arte. Em vez de abrigar-se em pretensões científicas, desfazer-se de seus aventais brancos, principalmente os invisíveis que carregam em suas cabeças (GUATTARI, 1990).

Não são somente as nossas práticas que precisam ser colocadas em análise, mas também nossos modos de agir no encontro com o outro, que é uma multiplicidade em si, produzindo maior abertura ao encontro e suas possíveis transformações. Perceber essas diferentes forças agindo em nós me ajudou a ver que as pessoas não são uma identidade em si mesmas, que uma vez definidas manicomiais ou antimanicomiais, assim permanecem. Conhecermos mais uns aos outros, compartilharmos mais de nossas práticas, ver que o colega que julgamos como manicomial também produzia práticas admiráveis, nos colocava diante da

heterogênesse que temos, da humanidade que somos. Da nossa própria integralidade.

Ainda dentro da proposta de Merhy (MERHY, 2013a), penso que o que fazíamos era abertura à experimentação diante do que desconhecíamos, o que pode agir como um campo de proteção para os trabalhadores que precisam inventar a todo momento o que não tinham pensado ainda e construir suas ferramentas em ato. Isso sugere que o trabalhador da saúde mental também precisa ser cuidado e que um dos modos de exercer esse cuidado é evitar as noções simplistas de certo e errado e situações de paranoia nas equipes, tomando a dúvida em sua perspectiva positiva, considerando que podem haver possibilidades desconhecidas.

É interessante sustentar a interrogação e colocar na mesa as ideias, abrir conversações: isso nos leva a elaborar saídas coletivas e desta forma segurar a dor e delícia de ser o que é conjuntamente, porque todos erram e todos acertam, mas principalmente, porque já não se está sozinho, há ali uma rede viva e aliada para pensar junto.

Penso que o que produzíamos nessas experiências era mais do que uma instrumentalização do trabalho, mais do que um agir antimanicomial voltado a mudar nossas ações, mas sim, a produção de uma ética de escuta, de acolhimento, de relação uns com os outros. Um coletivo de trabalhadores mais solidário, mais capaz de autoanálise, como propôs Merhy (MERHY, 2013a): críticos de si mesmo, mas sem se destruir, que de um modo produtivo fabricava sua rede viva e abria novos caminhos para a produção da vida. Um antimanicomial em construção, talvez processualmente mais autogestionário, mas já ali, muito mais aberto às dissonâncias, ao ineditismo dos acontecimentos, à inventividade das práticas diante dos desafios cotidianos; e isso nos diferenciava da natureza do manicômio.

Não nos tornamos diferentes do manicômio apenas porque estávamos numa casa com sala e cozinha, porque tínhamos regras flexíveis de funcionamento, oficinas de músicas e ações no território. Não éramos um CAPS porque não trancávamos como o manicômio fazia. Nós nos tornávamos um CAPS na perspectiva da micropolítica, quando produzíamos outra relação com a diferença, quando a diferença era vista como potencialidade também entre nós trabalhadores, como expressão da multiplicidade dos modos de ser e viver, que poderiam se transformar, a partir do encontro em sua afetabilidade, como produto de uma

seleção.

Deste modo, penso as experiências vividas como produção da reforma psiquiátrica em sua micropolítica.

Cada vez que um trabalhador abria a sala da equipe no CAPS, entrava, fechava a porta e dizia: precisamos conversar! Esse acontecimento produzia uma pausa analítica naquele cotidiano, uma ocupação do olho do furacão com o pensamento, possibilitando a invenção de alternativas para além da ansiedade que a situação provocava. Era um refúgio em meio à poeira do redemoinho, e naquele instante o redemoinho desaparecia.

Precisamos de desacelerações, de pausas. Escutar o que o corpo pode. Afastar-me do campo da saúde mental também agiu em mim como uma pausa necessária, como exercício de cuidado, de reflexão e de reinvenção para viver melhor os encontros pela vida. Se hoje penso que poderia ter reduzido a intensidade, poderia ter sido mais prudente em alguns momentos da minha vida no trabalho, é porque não soube bem entender o que meu corpo podia. Parecia que aquele ritmo intenso, aquele modo de agir, era o único possível diante do que precisava ser feito.

Lembro de uma trabalhadora que saiu do CAPS porque não aguentava mais e que, de repente, me surpreende ao dizer do seu desejo de voltar para aquele mesmo serviço, porque nenhum lugar produz em seu corpo uma vibração como aquele. Então, penso na pausa como potência, na importância de tomar fôlego para pensar, e talvez na ressignificação do trabalho que possa ter acontecido nela, ao escutar suas próprias necessidades e parar. Assim como penso no trabalhador que, depois de um tempo de experimentações de novos agires no cotidiano do CAPS, me conta que recuperou a vontade de trabalhar ali - o que me faz refletir sobre o corpo, o que o corpo de cada um pode, e no cuidado de si, como ética da existência, agindo em nós.

O cuidado de si que Foucault estuda profundamente na filosofia greco-romana vai além do conhecer a si mesmo ou de uma preparação para a vida, mas para a produção de uma forma de vida, que constitui uma arte de viver, que estabelece uma ética da existência. O cuidado de si não se trata de um recolhimento em si mesmo ou de uma prática individual e desinteressada no outro; ao contrário, é uma prática social, é a maneira pela qual os sujeitos se relacionam consigo mesmos e tornam possível a relação com o outro (FOUCAULT, 2014).

Foucault percorre diversas práticas e exercícios de cuidado de si, que envolvem a busca pela felicidade, a soberania de si, a plenitude, num voltar-se a si mesmo, examinar a si próprio com atenção, analisar aquilo que convém ou não, que é útil ou não. Atitudes de vigilância, de presença, de atenção à infinidade de representações que nos são oferecidas, para que se possa impedir que tudo entre, para que se possa fazer escolhas, aceitar, recusar, constituir-se a si mesmo na vida como obra de arte.

Pedro Mendes (2016) refere como uma ética da existência a atitude de positividade da vida diante de qualquer situação; nesse sentido, se as coisas não tem sido mais fáceis para nós, vivos, e ao que tudo indica, nossos desafios não serão menores amanhã, me parece ser interessante a pergunta de Nietzsche: seria tudo na vida passível de afirmação e alegria? Ele diz que é preciso encontrar, para cada coisa, os meios nos quais ela possa ser afirmada, deixando de ser negativa. Deste modo, propõe a superação da metafísica e nos leva a pensar as coisas em seu aspecto micropolítico, ali onde há um campo de possibilidades para jogar. À medida em que se libera o trágico do medo, a alegria é uma ética de experimentação, *“um jogo, cuja fórmula consiste em tornar o caos em estrela dançarina”* (DELEUZE, 2016, p. 16).

Lembro de uma dada ocasião em que vi uma equipe toda mudar a energia do seu cotidiano de trabalho, atualizar suas caixas de ferramentas, antes focada em programas e ações especializadas, depois da intervenção precisa de um novo trabalhador-gestor que, no seu primeiro encontro com a equipe, propôs que os trabalhadores contassem suas histórias de vida. Algo aconteceu ali, que aqueles trabalhadores que estavam na mesma equipe há vários anos, finalmente se conheceram, e se alegraram com isso, e isso impactou seus processos de trabalho, deu início a um outro modo de relação entre eles e suas práticas.

Acredito que essa é uma experiência de virada das paixões. Que não depende de meios rebuscados ou mágicos para acontecer, o que não quer dizer que seja fácil virar as paixões num ambiente de trabalho em que predominam os encontros tristes. Entretanto, as ferramentas são bem simples: na experiência relatada, foi uma pergunta, mas uma pergunta acompanhada de uma ética, de uma sensibilidade capaz de produzir pausa, encontro, interesse pelo outro em sua singularidade.

Assim, penso que a virada das paixões acontece quando mudam as energias

de um ambiente, a vibração dos corpos que ao se encontrarem, se alegram, que apostam em algo comum; o que muda o cotidiano, ao produzir bons encontros. São caminhos sutis e até mesmo invisíveis, difíceis para mim no exercício de relatar. Mas através deles vi grandes mudanças nas relações entre os trabalhadores.

Portanto, estamos falando de um agir militante que opera como ética de relação, de encontro, mais do que no âmbito do conhecimento. Que é prática complexa, diversa. De ações que se efetivam no campo do sensível, no qual como nos sentimos, o que desejamos, a nossa história, tem valor: é a singularização da nossa existência. Assim, coletividade e singularidade não são categorias incompatíveis: para Foucault, há uma circularidade entre o cuidado de si e do outro. Como técnica da vida, o cuidado de si é cuidar do acontecimento (FOUCAULT, 2014).

E que alívio que é não estar preocupado em convencer o outro de algo! Que nossas ferramentas de trabalho possam estar a serviço de uma ética do agir, cujo objetivo é que sejamos mais felizes! Penso que isso é força que quer ser ampliada através do cuidado: o cuidado do outro, o cuidado de si, o cuidado do encontro.

#### 4.2 O antimanicomial em ato

Os agires militantes imperativos operam o manicômio-metáfora na relação entre os trabalhadores, produzindo maus encontros, que diminuem a potência de agir. A partir do que já foi apresentado ao longo deste trabalho, como necessidade de virada das paixões para aumentar a potência dos trabalhadores através do aumento dos bons encontros, apresento a ideia do antimanicomial em ato como ética do agir no encontro entre os trabalhadores, no ato do encontro, no instante do acontecimento.

Uma reflexão que fazíamos em equipe quando pensávamos sobre os nossos processos de trabalho, tanto na educação em redução de danos quanto na gestão estadual de saúde mental era que, tendo como nossa tarefa a escuta e o apoio aos trabalhadores em seus cotidianos nossa preocupação precisava ir além do usuário. Os trabalhadores tinham que nos interessar por eles mesmos, e se isso fosse reverter em cuidado para o usuário, era consequência, desdobramento; não o foco absoluto do que fazíamos. Essa ideia era fundamental para a virada das paixões nas nossas práticas como trabalhadores na relação com outros trabalhadores, no ato do

encontro: o antimanicomial em ato.

O período das experiências que trago no decorrer desse trabalho é o mesmo no qual a rede de cuidados em saúde mental se ampliou expressivamente, e os quatro anos da gestão estadual em que trabalhei, mais ainda, pois, foram os anos de governo estadual e federal sob a gestão do Partido dos Trabalhadores, o que permitiu que trabalhadores militantes antimanicomiais estivessem em espaços estratégicos para essa ampliação. Mas sabíamos que a abertura de novos equipamentos de saúde mental não era suficiente para a produção do cuidado; era preciso produzir modos de agir antimanicomiais. Por isso, mais do que ampliar serviços era necessário a produção de uma rede viva, criativa, de compartilhamento das práticas: era necessária a produção de bons encontros.

Através das práticas de apoio nas regiões, procurávamos construir espaços de encontros, rodas de conversa, fóruns de discussão; sobretudo, vínculo entre os trabalhadores da rede; e várias foram as estratégias neste sentido. Uma delas, já no último ano do governo, foi realizar encontros de redução de danos em cada uma das macrorregiões do Estado.

Revisitando os registros que fiz destes encontros, encontrei duas falas de trabalhadores que me parecem interessantes para essa conversa. Numa dessas falas uma das trabalhadoras, após ouvir várias colocações sobre a redução de danos como ética do cuidado, diz o seguinte:

Tô fazendo aqui praticamente uma terapia. Trabalho no hospital. A gente sabe que o hospital vai ter que se transformar, é muito complicado lidar com as ideias lá dentro. Comecei a fazer oficina de redução de danos e fizeram reuniões dizendo que eu não estou atendendo. A luta para mudar esse sistema tenho todo o dia. De que maneira chegar nas pessoas e mostrar outras formas de fazer? (trabalhadora da RAPS)<sup>8</sup>.

Outra fala, num encontro de redução de danos de uma outra macrorregião, foi a seguinte:

Eu hoje saio daqui frustrado. Vi um monte de gente divagando sobre políticas públicas, sobre saúde, e não vejo nada de operativo, estou apavorado. Pra mim política não bate com saúde (trabalhador da RAPS)<sup>9</sup>

Diante da fala deste segundo trabalhador, penso no efeito que nele se

---

<sup>8</sup> Relatório de Ações de Redução de danos entre os anos de 2011 à 2014, SES/RS, 2014.

<sup>9</sup> Idem

produziu, de mal encontro, de paixão triste, ao menos como efeito mais aparente aos meus olhos; e a partir disso, no que Guattari (1990) sugere como necessidade de se ter cuidado no limiar da desterritorialização.

Que nossos movimentos de desterritorialização precisariam ser mais suaves para evoluir em agenciamentos construtivos processuais, pois os movimentos de desterritorialização por vezes são brutos demais e se não levam ao fechamento em uma rigidez cada vez maior, levam ao desamparo, à produção de tristeza, a perda de potência, quando o cuidado requer justamente ativar a potência dos trabalhadores (GUATTARI, 1990).

É preciso ter prudência no limiar da desterritorialização como modo de agir militante; tomar cuidado quando a militância exige, de nós ou do outro, mais do que o corpo pode. Nossos agires serão mais efetivos se tornarem possível a desterritorialização e a produção de novos territórios, o que implica na multiplicação dos bons encontros entre os trabalhadores, deles com as redes, com os gestores, com os usuários, com a cidade.

Segundo Guattari, cada bom encontro desdobra em cadeia de intensidades e age como linhas de força ilimitadas na produção de subjetividade ativa na afirmação da vida (GUATTARI, 1990). Já os maus encontros não produzem consequências positivas, porque são produtores de paixões tristes e elas não nos aproximam das ações ativas (DELEUZE, 2002). Assim, fomos aprendendo que, para além do cuidado direcionado aos usuários, era preciso produzir cuidado com os trabalhadores.

No caso da fala da primeira trabalhadora, pode se pensar num aparente efeito de paixões alegres, em que o encontro gera uma combinação. Ao escutar outros trabalhadores que ali falavam da redução de danos como ética do cuidado ela se encontra com suas próprias ideias, talvez se sinta fortalecida, menos solitária no seu fazer, potencializada em seu agir. Mas o desdobramento de bons encontros dela com os seus colegas no hospital depende de quais modos de agir serão construídos a partir disso. Pode ser que esse encontro, em seu cotidiano do trabalho, gere mais maus encontros do que bons com outros trabalhadores que pensam de modo diferente, se seus agires partirem de imperativos ideais. Que ela reforçe ideias de que as práticas deles estão erradas e que as dela estão certas, e que assim, na produção de mais maus encontros, ela também se veja mais confusa e triste neste cotidiano.

Mas ela se pergunta como fazer. O que, ao ser dúvida, pode ser potência vivida como experimentação e não certeza antimanicomial. Se ela puder colocar seu agir militante com os outros trabalhadores em análise, tomar seus colegas como foco do seu fazer assim como os usuários, apostar na produção de sociabilidades produtivas; então podem ser gerados bons encontros que potencializem ações conjuntas, mútuas desterritorializações, composições. Composições éticas de um fazer antimanicomial. De um fazer antimanicomial com a diferença, no ato do encontro.

É nesta perspectiva que vejo a fundamental importância dos trabalhadores da saúde mental militantes antimanicomiais na fabricação do seu campo de atuação. Para tanto, é necessário colocar em análise nossos agires militantes. Evidentemente isso não é simples, e penso que esse é um exercício de uma vida, como Foucault resgata da fala de Sêneca, em seu livro *A Hermenêutica do Sujeito*, a quem atribui que se deve *aprender a viver a vida inteira* (2014). Assim vejo o exercício do agir antimanicomial.

Os ventos que dão origem a um furacão se formam a partir do encontro entre o frio e o calor; de uma variação, do encontro com a diferença (ALYS, 2010). Revisitando as falas desses trabalhadores e as sensações produzidas em mim nesses encontros, tenho a impressão que, algumas vezes, éramos nós que levávamos o furacão para lugares aparentemente estáveis. Se o furacão pode ser visto em sua perspectiva criativa ou destrutiva, também as nossas práticas. Seus efeitos dependem do encontro: se a desterritorialização é brutal demais, levando ao desamparo ou ao enrijecimento ainda maior; ou se possibilita abertura para a produção de novos territórios. Diante das diferentes forças que podem operar em nossos agires é que proponho o antimanicomial em ato como ética do agir.

A partir do que vivi em mim, penso ser preciso romper com as nossas urgências de mudar as coisas de uma vez por todas, o que não contribui para mudá-las, ao contrário, podem reproduzir exatamente o que se deseja mudar. Desterritorializar nossos agires militantes dos imperativos ideais nos quais eles se fundamentam, fabricar outros modos de agir a partir do que o corpo pode, o que é ética a ser afirmada na relação com o outro.

Essa era uma discussão que fazíamos na equipe de educação em redução de danos e que buscávamos retomar no cotidiano do trabalho na gestão estadual. O

que fazia com que tentássemos colocar em prática, nas ações desenvolvidas através do apoio, das assessorias, das práticas de educação permanente, os mesmos princípios do cuidado: o vínculo, a responsabilização, o acolhimento. O interesse pelo outro e seus processos de singularização. Assim, nosso foco era sobre as subjetividades, e sabíamos que não havia outra maneira de enfrentar as forças do manicômio-metáfora.

O manicômio-metáfora é o lugar do imperativo, é ele que pretende dizer como se deve viver. O antimanicomial tem como desafio a experimentação, a análise dos próprios agires, a produção de coletivos solidários e alegres, o acolhimento das diferenças como potencialidade e a produção do comum. É ética do encontro no ato do seu acontecimento.

Isso me traz ao que eu acho fundamental aqui nessa nossa conversa, que compartilho porque acredito que nos indica algo: que pode ser útil e potente adotar os princípios que temos no cuidado para as relações entre nós, trabalhadores. O respeito à diferença, à escuta do outro sem tanto julgamento, à abertura para o impensado, ao acolhimento. Isso talvez favoreça a produção de bons encontros, ou encontros antimanicomiais. Neste caso, o antimanicomial não está reservado apenas ao usuário, evitando as antigas formas de cuidado e promovendo a vida em liberdade. O antimanicomial pode ser para o próprio trabalhador, na medida em que o cuidado não é mais, apenas, uma finalidade onde quer se chegar, mas é o método, o modo como se anda, a ética que se escolhe para as relações na vida.

Ser um trabalhador antimanicomial não é prescrever um modo de existir para o outro, seja ele usuário ou trabalhador; e sim, existir em si de um modo antimanicomial que age como dispositivo sobre os possíveis modos de existência de si e dos outros, com essa sua afetabilidade de abrir, no corpo, possibilidades de devires existências de outros modos, não mais o manicomial vivido.

Mas a operação subjetiva, a desterritorialização dos agires não é uma coisa construída de uma vez por todas. O antimanicomial não é uma identidade definitiva. É experimentação, é exercício. Nele se busca a coesão, mas não se pode esperar uma coerência absoluta, correndo assim os riscos de não se colocar em análise o próprio agir e reproduzir ações microfascistas em nome do antimanicomial.

O antimanicomial também não está no futuro a ser alcançado, na reforma psiquiátrica sonhada, na revolução em grande escala; o antimanicomial está aqui e

agora, no presente, no ato do encontro entre nós, com o usuário, com os trabalhadores, com qualquer um que pertença a esse mundo.

Acredito no antimanicomial visto desde os modos de relação entre os trabalhadores, e que essa é uma pista, um método indispensável de trabalho para todos aqueles que tem a tarefa de atuar junto às equipes: ser mediador na ampliação de bons encontros, facilitador da produção de encontros antimanicomiais em que a alegria faz parte do método, é caminho para ética; e pode ser algo a fecundar as práticas dos trabalhadores em suas relações cotidianas, produzindo mais bons encontros entre eles. O que é produção de sustentabilidade para os agires antimanicomiais no olho do furacão.

Estamos diante da urgência de produção de uma ética antimanicomial.

A complexidade e a heterogeneidade do mundo que habitamos e vivemos pressupõe capacidade de convivência, de pactuação, de gerenciamento de conflitos, de capacidade de autoanálise, pois lidar com a diferença é mais difícil que lidar com o igual. Cuidar em liberdade, cuidar em rede, requer movimento, encontro, coletivo. A produção de acordos móveis, provisórios, inventivos. O partilhamento de um certo comum, que permita ser possível estarmos juntos e nos construirmos e não mais a nossa autodestruição, consequência dos maus encontros.

Por uma ética antimanicomial, as saídas aqui propostas buscam tornar o trabalho e a luta no campo da saúde mental algo possível para os nossos corpos, sem nos recolhermos nas nossas interioridades, mas também sem voltar às formas de militância que vem se mostrando insuficientes (GUATARRI, 1990), que não produzem diálogo com ninguém, que entristecem, inclusive a nós mesmos, que nos esgotam, e assim, tornar mais sustentável o agir antimanicomial, como ética que opera em nós, nossas práticas e relações.

Quando penso nas necessidades emergentes do nosso tempo, não vejo essa reflexão como pertencente a esse campo. Os conflitos, as tristezas, os maus encontros, a fragilidade das relações e as dificuldades de compor com as diferenças se fazem presentes nos vários campos da vida e têm nos deixado frágeis nas nossas lutas. Difícil têm sido essa equação entre a produção do comum e a diferença, entre o singular e o coletivo, entre amar e mudar as coisas (BELCHIOR, 1976). Estamos confusos. No entanto, o cuidado de si e do mundo não são escolhas incompatíveis. Cada um, com o que seu corpo pode e o que seu desejo quer, pode criar seus meios de produzir uma vida que valha a pena ser vivida.

Os agires militantes constituídos de um imperativo ideal nos levam aos maus encontros e enquanto nos julgamos, nos decompomos em potência. Descuidamos do outro e de nós mesmos, nos perdemos entre o ativo e o reativo. Nesse sentido é que me parece que não vale a pena essa caça às bruxas de quem é o verdadeiro antimanicomial, o verdadeiro militante, agindo nas relações cotidianas.

Concordo com Guattari (1990) quando ele diz que haverá momentos de luta em que todos precisaram fixar objetivos comuns e, nos outros momentos, podemos cada um cuidar de nossas vidas e do mundo ao seu modo. A militância não precisa ser sempre igual, os modos de viver podem ser os mais diversos, pois todas as formas de produzir uma vida não fascista valem a pena.

Não há uma alternativa global, nas palavras de Guattari (1990), essas são proposições pelos meios mais minúsculos, que querem processualmente produzir um mundo solidário e diferente. E, nessa composição entre experiências e ideias, a alegria é coisa da maior seriedade.

O antimanicomial em ato, como ética do agir, não precisa ser tomado como mais um imperativo, que nos coloque em alta exigência e em risco de novos sufocamentos criados por nós mesmos em nossos cotidianos. O antimanicomial em ato relaciona-se mais com a produção de um campo de experimentação, que nos situa no olho do furacão, para a abertura ao encontro com o outro, na qual o corpo é modelo para pensar os efeitos dos afetos, para a composição ética dos agires militantes.

O cuidado de si, do outro, o cuidado com o encontro, são modos sensíveis de produção do antimanicomial em ato, como ética da existência no campo da saúde mental, para que a vida nesse nosso lugar de trabalho seja possível e mais alegre. Uma vida como obra de arte. Afinal, como pergunta Foucault (1994), porque deveria uma lâmpada ou uma casa ser um objeto de arte e não a nossa vida? O convite dessa dissertação é nesse sentido, de fabricação de uma vida. Um convite ao encontro, à conversa, à presença.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desapareceram mesmo os vagalumes? Desapareceram todos? Emitem ainda – mas de onde? – seus maravilhosos sinais intermitentes? Procuram-se ainda em algum lugar, falam-se, amam-se apesar de tudo, apesar do todo da máquina, apesar da escuridão da noite, apesar dos projetores ferozes? (DIDI-HUBERMAN, p.45, 2014).

As experiências aqui partilhadas, assim como as preocupações e as alternativas que elas evocam, não estão num tempo passado, embora tenham sido vividas há uns anos atrás, quando a saúde mental vivia uma situação mais favorável em relação à atual.

No tempo do agora, a reforma psiquiátrica vive um momento complicado, em que lógicas manicomiais ganham força através das várias medidas que vêm sendo implementadas pelo país, que tentam reverter os modos de cuidado em liberdade que vinham avançando nas últimas décadas, não sem dificuldades, no âmbito das políticas públicas de saúde.

O que acontece na saúde mental não está apartado da situação política do país, nem nunca esteve. O predomínio do confinamento acompanhou os regimes que desta estratégia faziam uso ao longo dos séculos. A luta pelos direitos dos usuários se deu alinhavada às lutas pela democracia no país (ONOCKO, 2016). A ampliação das possibilidades de cuidado em liberdade e os avanços mais significativos da RAPS se deram nos anos mais progressistas que tivemos. Assim como as velhas lógicas de aprisionamento e descuido, em nome de interesses financeiros, ganham força nestes nossos novos tempos sombrios (DIDI-HUBERMAN, 2014).

Tempos sombrios que convidam ao niilismo, e que se tornam ainda mais preocupantes quando esse convite é aceito por nós, que tanto desejamos que as coisas possam ser diferentes.

Esses tempos agem na produção do olhar para as paisagens percorridas nesta dissertação e do esforço para dar visibilidade ao que nelas é criação de alternativas de produção de uma vida não niilista, de linhas de fuga para modos de viver possíveis, sustentáveis.

São muitos os trabalhadores e militantes das várias lutas sociais que estão tristes e desanimados com a realidade atual do país. Mas a realidade que vivemos não é uma só, é múltipla, muitas são as forças que nela agem.

No campo da saúde mental ou mesmo para além dele, os encontros tristes, a reprodução das mesmas lógicas que desejamos superar, nos levam a necessidade de colocar em análise nossos agires militantes, fabricando outros modos de relação, outros encontros, a abertura de alegrias e alívios no furacão dos nossos cotidianos.

No furacão antimanicomial várias tem sido as nossas dificuldades. O curioso é que talvez não sejam as dificuldades extrínsecas que mais entristecem os trabalhadores da saúde mental; que, ao contrário, sejam aquelas produzidas nas relações cotidianas, no encontro entre os trabalhadores. Se é isto que nos acontece, então temos boas notícias. É também neste âmbito que temos maior possibilidade de mudar as coisas.

O verdadeiro fascismo opera nos valores, nas almas, nos gestos, nos corpos (DIDI-HUBERMAN, 2014). Também é nestes lugares que nossas alternativas podem ser mais potentes.

Para Georges Didi-Huberman (2014), uma coisa é designar a máquina totalitária, outra coisa é lhe atribuir tão rapidamente uma vitória definitiva e sem partilha. Por isso, nos interessa, mais do que os tempos atuais, os contratempos. Mais do que o golpe, o contragolpe. O avesso do niilismo (PELBART, 2016). Os devires de um outro mundo, aqui-agora, na micropolítica dos encontros.

Diante do convite niilista aparentemente triunfante, nos interessa uma torção no olhar, a vista de outras perspectivas, para então ver

o espaço – seja ele intersticial, intermitente, nômade, situado no improvável - das aberturas, dos possíveis, dos lampejos, dos apesar de tudo” (DIDI-HUBERMAN, 2014, p 42).

Em uma cena da série *The OA* (MARLING, BATMANGLIJ, 2016), a protagonista OA, após ficar sete anos em um cativeiro, é questionada pela polícia: *o que aconteceu quando você desapareceu?* No que ela responde: *eu não desapareci*. Pergunta aparentemente óbvia para a polícia, mais óbvia ainda para a jovem OA. Questão de perspectiva: não vemos os vagalumes talvez não queira dizer que eles tenham desaparecido.

Que a poeira do furacão pode nos perturbar a visão, deixá-la turva, arder e dificultar as vistas, isso sim. O que não quer dizer que ali, em seu meio, não existam intermitências. Lugares de desaceleração, alívio, alegria, pensamento, vivência-sobre-vivência.

Nesta dissertação, é com meu corpo que escrevo. Se em alguns momentos as narrativas são pesadas ou ofuscadas pela poeira do furacão, e em outros, elas voam e brilham, como a estrela dançarina, é porque assim foram as experiências vividas. Todas essas sensações fazem parte, tão reais ou tão fictícias quanto as situações relatadas que lhes correspondem. É na inteireza e na verdade que elas tem para mim que as conto.

Nos entristecem os maus encontros, gerados por imperativos ideais em nossos agires militantes; nos confundem as diferentes forças agindo em nossos corpos, as sensações que pouco compreendemos. Mas percorrer o caminho pode mostrar seus desvios, suas viradas na produção de bons encontros.

Sobreviver no inferno requer algum esforço para não tornar-se parte dele. Para que não sejamos nós os substitutos do manicômio, ao reproduzir suas lógicas nas nossas relações, anulando a diferença e entristecendo aos outros e a nós mesmos em nome de imperativos ideais.

Não é necessário ser triste para ser militante, diz Foucault (1993). São necessários, sim, os bons encontros em nossos cotidianos, geradores de alegrias e de aumento de potência. Reinventar modos de existir através das nossas singularidades, nas coletividades, através do antimanicomial em ato como ética do agir.

Para Didi-Huberman, é preciso transpor o horizonte das construções totalitárias, para tornar-se capaz de ver as imagens menores (DIDI-HUBERMAN, 2014). O que não é manicômio são nossas sociabilidades, a abertura ao encontro e à diferença. As dúvidas, as experimentações em sua potência de invenção da vida.

Os vaga-lumes, depende apenas de nós não vê-los desaparecerem (...) assumir a liberdade do movimento, a retirada que não seja fechamento sobre si, a força dialogal, a faculdade de fazer aparecer parcelas de humanidade, o desejo indestrutível. (...) Uma comunidade do desejo, uma comunidade de lampejos emitidos, de danças apesar de tudo, de pensamentos (...). Dizer sim na noite atravessada de lampejos e não se contentar em descrever o não da luz que nos ofusca ((DIDI-HUBERMAN,p 155, 2014).

Mesmo nesses tempos sombrios, tantas coisas têm acontecido que nos mostram tempos outros, até então ainda não vividos, potentes, agregadores. Muitos têm visto que já não se pode esperar alternativas os coronéis da vida e têm construído com seus braços, suas coletividades, outros modos de viver, mais

autônomos e libertários. Alternativas muitas, que ainda não conhecemos, mas que existem por aí, em suas luminosidades menores.

Para Rolnik, não param de proliferar práticas que incidem na dimensão micropolítica da existência coletiva. As experiências atuais, em que as estratégias de poder se valem da força do desejo, da micropolítica, são tristes, porém, valiosas, pois nos oferecem condições favoráveis de maior lucidez sobre o que nos acontece e sobre os possíveis modos de agir frente ao nosso mal-estar. Experiências capazes de nos deslocar da micropolítica dominante e reativa, para uma micropolítica de transformação da subjetividade e seu campo relacional. Para isso, há que ressignificar a palavra resistência, ativando seu sentido micropolítico (ROLNIK, 2015).

É neste sentido que vejo a proposição de uma ética antimanicomial, no ato do encontro entre os trabalhadores da saúde mental, como conversamos no decorrer desta dissertação. Não há soluções prontas, definitivas, que darão conta dos nossos problemas na medida em que pudermos colocá-las em prática. Ao contrário, nossas alternativas estão na experimentação daquilo que não sabemos, que não conhecemos, do que construímos em nossas coletividades, no cotidiano dos desafios da vida.

Para tal, necessitamos de bússolas éticas (ROLNIK, 2015), que ajudam a inventar nossos modos de agir, que se fabricam na experiência, e que são bem interessantes quando compartilhadas.

A experiência de olhar no olho do furacão, na perspectiva de seus pontos de encontro e conversa, nos ajuda a ver que os vaga-lumes não desapareceram; que é preciso movimentar-se com prudência, com sensibilidade, para vê-los. Alguns estão bem perto de nós, outros mais longe, formando suas comunidades de resistência, de existências outras, onde não se possa capturá-los tão facilmente.

## REFERÊNCIAS

ALYS, Francis. **Tornado**. 2010. Disponível em:

<[http://www.francisalys.com/books/Tornado\\_fullbook.pdf](http://www.francisalys.com/books/Tornado_fullbook.pdf)>. Acesso em: <05 mai 2018>.

ARBEX, Daniela. **O Holocausto Brasileiro Vida, Genocídio e 60 Mil Mortes no Maior Hospício do Brasil**. São Paulo : Geração. 2014.

BASAGLIA, Franco. **A instituição negada**. Rio de Janeiro, Editora Graal (3ª Edição). 1985.

\_\_\_\_\_. **A psiquiatria alternativa: do pessimismo da razão ao otimismo da prática**. São Paulo, Editora Brasil debates. 1979.

BELCHIOR. Alucinação [música]. In: BELCHIOR. **Alucinação** [álbum]. Rio de Janeiro : Polygram, 1976, Faixa 7. CD.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Portaria nº 130, de 26 de Janeiro de 2012**. Redefine o Centro de Atenção Psicossocial de Álcool e outras Drogas 24 h (CAPS AD III) e os respectivos incentivos financeiros. Disponível em: <[http://www.bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2012/prt0130\\_26\\_01\\_2012.html](http://www.bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2012/prt0130_26_01_2012.html)>. Acesso em: <10/05/2018>.

CALVINO, Ítalo. **As cidades invisíveis**. Porto Alegre: Companhia das Letras. 1990.

CRUZ, Kathleen T. **Agires militantes, produção de territórios e modos de governar: conversações sobre o governo de si e dos outros**. Porto Alegre : Editora Rede Unida. 2016.

DIDI-HUBERMAN, Georges. **Sobrevivências dos vaga-lumes**. Belo Horizonte : Editora UFMG. 2014.

DELEUZE, Gilles. **Spinoza e a filosofia prática**. São Paulo: Editora Escuta. 2002.

\_\_\_\_\_. **Nietzsche**. Rio de Janeiro: Edições 70. 2016.

\_\_\_\_\_. **Nietzsche e a filosofia**. Rio de Janeiro: Edições 70. 1965

FOUCAULT, Michel. Introdução a uma vida não fascista. In: **Cadernos de subjetividade/Núcleo de Estudos e Pesquisas da subjetividade do programa de estudos pós graduados em psicologia clínica da PUC-SP – v 1, n1**, São Paulo, 1993.

\_\_\_\_\_. **A hermenêutica do sujeito**. São Paulo : Martins Fontes. 2014.

\_\_\_\_\_. **Ética, sexualidade, política; ditos e escritos. Volume V**. Organização e seleção de textos por Manoel Barros da Motta: tradução de Elisa

Monteiro, Inês Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

FRANCO, T. O trabalhador de saúde como potência: ensaio sobre a gestão do trabalho. In: MEHRY, E. e FRANCO, T. [orgs] **Trabalho, produção de cuidado e subjetividade: textos reunidos** (p. 243-251). Ed. Hucitec. São Paulo. 2013.

GUATTARI, Felix. **As três ecologias**. Campinas : Papirus. 1990.

LAROSSA, Jorge. **Tremores: escritos sobre experiência**. Belo Horizonte : Autêntica. 2016.

LANCETTI, Antônio. **Contrafissura e plasticidade psíquica**. São Paulo : Editora Hucitec. 2015.

ONOCKO-CAMPOS, Rosana. **Saúde mental e futuro**. In: O Globo [revista online]. 2016. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/opiniaio/saude-mental-futuro-18313521>>. Acesso em: <09 ago 2018>.

MAYER, R. A contribuição do centro de referência de redução de danos: nossas palavras sobre o cuidado das pessoas que usam drogas. In.: CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL (Org.). **Outras palavras sobre o cuidado de pessoas que usam drogas** (p. 87-98). Porto Alegre: Ideograf. 2010. Disponível em: <[http://www.crprs.org.br/upload/files\\_publications/arquivo48.pdf](http://www.crprs.org.br/upload/files_publications/arquivo48.pdf)>. Acesso em <06 Jun 2017>

MERHY, Emerson E . Em busca do tempo perdido: a micropolítica do trabalho vivo em ato, em saúde. In: MEHRY, E. e FRANCO, T. **Trabalho, produção de cuidado e subjetividade: textos reunidos** (p. 19-67). São Paulo : Editora Hucitec. 2013b.

\_\_\_\_\_. Os CAPS e seus trabalhadores: no olho do furacão antimanicomial. Alegria e alívio como dispositivos analisadores. In: MEHRY, E. e FRANCO, T. **Trabalho, produção de cuidado e subjetividade: textos reunidos** (p. 213-225). São Paulo : Editora Hucitec. 2013a.

\_\_\_\_\_. **Saúde: cartografia do trabalho vivo**. São Paulo : Editora Hucitec. 2002.

MERHY, E, FRANCO, T. O reconhecimento de uma produção subjetiva do cuidado. In: MEHRY, E. e FRANCO, T. p 151 a 171 **Trabalho, produção de cuidado e subjetividade: textos reunidos**. São Paulo : Editora Hucitec. 2013.

MERHY, E e FEUERWERKER, I. Novo olhar sobre as tecnologias de saúde: uma necessidade contemporânea. In.: MEHRY, Emerson E; BADUY, Rossana S; SEIXAS, Clarissa T; ALMEIDA, Daniel ES; JÚNIOR, Helvo S. (Orgs). **Avaliação compartilhada do cuidado em saúde: surpreendendo o instituído nas redes – Livro 1**. (p. 59-71) Rio de Janeiro: Hexis. 2016. Disponível em: < >. Acesso em: <14 Jun 2017>.

MERHY, E, GOMES, P, SILVA, E, SANTOS, M, CRUZ, K, FRANCO, T. Redes vivas: multiplicidades girando as existências, sinais da rua. Implicações para a produção do conhecimento em saúde. In.: Emerson E; BADUY, Rossana S; SEIXAS, Clarissa T; ALMEIDA, Daniel ES; JÚNIOR, Helvo S. (Orgs). **Avaliação compartilhada do cuidado em saúde: surpreendendo o instituído nas redes – Livro 1** (p. 31-42).

Rio de Janeiro: Hexis. 2016. Disponível em:

<[http://www.historico.redeunida.org.br/editora/biblioteca-digital/colecao-micropolitica-do-trabalho-e-o-cuidado-em-saude/politicas-e-cuidados-em-saude-livro-2-avaliacao-compartilhada-do-cuidado-em-saude-surpreendendo-o-instituido-nas-redes-pdf/at\\_download/file](http://www.historico.redeunida.org.br/editora/biblioteca-digital/colecao-micropolitica-do-trabalho-e-o-cuidado-em-saude/politicas-e-cuidados-em-saude-livro-2-avaliacao-compartilhada-do-cuidado-em-saude-surpreendendo-o-instituido-nas-redes-pdf/at_download/file)>. Acesso em: <14 Jun 2017>.

MENDES, Pedro. **Políticas de Amizade: diante da fragilidade da clínica, uma oferta para fortalecer a produção dos cuidados em saúde**. Dissertação de Mestrado apresentada no Programa de Pós-Graduação de Medicina Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. UFRJ / Faculdade de Medicina, 2016.

MOEBUS, R. **O trágico na produção do cuidado em saúde mental: uma estética da saúde mental**. Porto Alegre : Rede Unida. 2014.

NIETZSCHE, Friedrich. **A gaia ciência**. São Paulo : Escala. 2013b.

\_\_\_\_\_. **O nascimento da tragédia**. São Paulo : Escala. 2013a.

PELBART, Peter Pal. **Manicômio mental: a outra face da clausura**. In: Saúdeloucura 2. ed. São Paulo: Hucitec. 2002.

\_\_\_\_\_. **O avesso do niilismo: cartografias do esgotamento**. São Paulo: Editora n-1. 2016.

RAMMINGER, Tatiana. **Trabalho e saúde mental: a ética do cuidado de si como condição para o cuidado do outro**. IV Congresso Brasileiro de Ciências Sociais e Humanas em Saúde. 2007. Disponível em: <[http://www.abrapso.org.br/siteprincipal/anexos/AnaisXIVENA/conteudo/pdf/trab\\_completo\\_314.pdf](http://www.abrapso.org.br/siteprincipal/anexos/AnaisXIVENA/conteudo/pdf/trab_completo_314.pdf)>. Acesso em: <31 mai 2018>.

RIO GRANDE DO SUL. SECRETARIA ESTADUAL DA SAÚDE. **Relatório de vistoria em Comunidade Terapêutica** [produção técnica]. 2013.

RIO GRANDE DO SUL. SECRETARIA ESTADUAL DA SAÚDE. **Relatório intersetorial do processo de intervenção nas casas lares Nossa Senhora do Perpétuo Socorro e Lar Maria, no município de Cachoeira do Sul** [produção técnica]. 2015.

RIO GRANDE DO SUL. SECRETARIA ESTADUAL DA SAÚDE. **Relatório de ações de redução de danos da Secretaria de Estado da Saúde nos anos de 2011 à 2014** [produção técnica]. 2014.

REVEL, Judith. **Foucault, conceitos essenciais**. Editora Claraluz. São Paulo. 2005.

ROLNIK, Suely. **Cartografia sentimental**. ed. UFRGS/Sulina. Porto Alegre. 2006.

ROLNIK, Suely. **Entrevista com Suely Rolnik - A hora da micropolítica** [2015].

São Paulo : Goethe Institut. Disponível em:

<<https://www.goethe.de/ins/br/pt/kul/fok/rul/20790860.html>>. Acesso em: <05 jul 2018>

ROTELLI, Franco. **Desinstitucionalização: uma outra via**. São Paulo : Editora Hucitec. 2001.

**The OA** [série televisiva]. Brit Marling, Zal Batmanglij [diretores]. Estados Unidos, 2016.